



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCE-RO

4º Trimestre
2025

COMPOSIÇÃO



Conselheiro-Presidente

Wilber Carlos dos Santos Coimbra

Conselheiro Vice-Presidente

Paulo Curi Neto

Conselheiro Corregedor

Edilson de Sousa Silva

Conselheiro-Presidente da 1ª Câmara

Valdivino Crispim de Souza

Conselheiro-Presidente da 2ª Câmara

Jailson Viana de Almeida

Conselheiro Ouvidor

Francisco Carvalho da Silva

Conselheiro-Presidente da Escola Superior de Contas

José Euler Potyguara Pereira de Mello

SUMÁRIO



1	APRESENTAÇÃO	4
2	GOVERNANÇA	5
	Visão Geral da Organização	5
	Cadeia de Valor	10
	Documentos Estruturantes da Atuação do TCE-RO	11
	Licitações e Contratos	13
3	CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS	18
	Volume de Recursos Fiscalizados	18
	Multas e Responsabilizações	34
	Processos Autuados e Julgados	35
	Programas e Projetos de Tecnologia da Informação	37
	Fortalecimento dos Controles	42
4	INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	46
	Saúde	46
	Educação	49
	Desenvolvimento Sustentável	56
5	GESTÃO DE PESSOAS	58
	Força de Trabalho	58
	Ações Educativas	60
6	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	63
	Receita Orçamentária	63
	Execução LOA - 2025	65
	Lei Complementar n.101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) - Limites de Gastos com Pessoal	67

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 49, § 4º, da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 154, de 1996 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades referente ao 4º Trimestre do exercício de 2025 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

Este Tribunal, no exercício das suas atribuições constitucionais de independência e autonomia, buscou detalhar cuidadosamente as informações contidas neste relatório, com o objetivo de demonstrar à Assembleia Legislativa e, por meio desta, à sociedade rondoniense, os resultados de sua atuação.

Com total transparência, o documento retrata a aferição das ações desenvolvidas pelo TCE-RO quanto à correta aplicação dos recursos públicos e ao fortalecimento constante do Controle Externo, colaborando diretamente para o aprimoramento contínuo das políticas públicas em benefício de toda a população.

Conselheiro **WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA**
Presidente  **TCERO**
em ação, mais cidadania

2. GOVERNANÇA

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE-RO possui sete Conselheiros.

Na sequência, tem-se a demonstração da composição e estrutura de funcionamento.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente entre Conselheiros Substitutos e membros do Ministério Público de Contas.

Os Conselheiros do TCE-RO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Os outros quatro cargos de Conselheiros são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

2. GOVERNANÇA

COMPETÊNCIAS

O TCE-RO foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei n. 47 do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe dentre suas funções e competências, auditar as contas das unidades dos poderes estaduais e municipais.

Nossa missão é de assegurar o uso eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, colaborando para que os resultados das políticas públicas beneficiem a sociedade.

Esse universo de atuação do TCE-RO compreende 416 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, de economia mista e fundos.

O TCE-RO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros, toda pessoa natural ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo estado e/ou municípios, mediante convênio ou instrumento congênere.

416
UNIDADES
JURISDICIONADAS

93 Estaduais.
323 Municipais.

2. GOVERNANÇA

COMPETÊNCIAS

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Poder Legislativo a competência de exercer o Controle Externo da Administração Pública, o que implica fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos.

De maneira ampla, a competência dos Tribunais de Contas se estende a toda gestão pública. Dá definição estratégica a avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos, de qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas, avaliando o controle do mérito administrativo – o que abrange, até mesmo, a racionalidade das prioridades e das despesas.

No exercício dessa função, o Poder Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui essa função para realizá-la de maneira técnica e independente, na busca pelo bem-estar social.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão, da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento, ao planejamento, execução, controle e avaliação de resultados. É dizer, a fiscalização alcança desde uma simples verificação de conformidade do ato administrativo até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o atingimento dos resultados de interesse público e social.

2. GOVERNANÇA

COMPETÊNCIAS

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está dividida em três níveis de funcionamento e competências específicas:

1. Órgãos Colegiados;
2. Órgãos de Direção Superior;
3. Estrutura Geral da Presidência.

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento.

Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos sete Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da Administração Pública Estadual e Municipal.

O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC.

As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

A Estrutura Geral da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCE-RO.

As maiores secretarias são:

Secretaria-Geral da Presidência-SGP;
Secretaria-Geral de Administração-SGA;
Secretaria-Geral de Controle Externo-SGCE;
Secretaria de Planejamento e Governança-SEPLAG;
Secretaria de Processamento e Julgamento-SPJ;
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-SETIC.

2. GOVERNANÇA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O diagrama facilita a compreensão do organograma do TCE-RO, de acordo com as macrofunções de governança e gestão.

Os órgãos da parte superior (nível estratégico) exercem as funções de direcionamento, controle e avaliação, enquanto na parte inferior da estrutura estão os órgãos de planejamento, execução e controle dos processos e projetos.

O nível tático exerce funções mistas, ora exercendo papel de direcionamento, ora de execução e controle.

NÍVEL ESTRATÉGICO

Tribunal Pleno

1ª Câmara

Conselho Superior de
Administração

2ª Câmara

NÍVEL TÁTICO

Gabinetes de
Conselheiros

Corregedoria

Presidência

Gabinetes dos
Procuradores

Ouvidoria

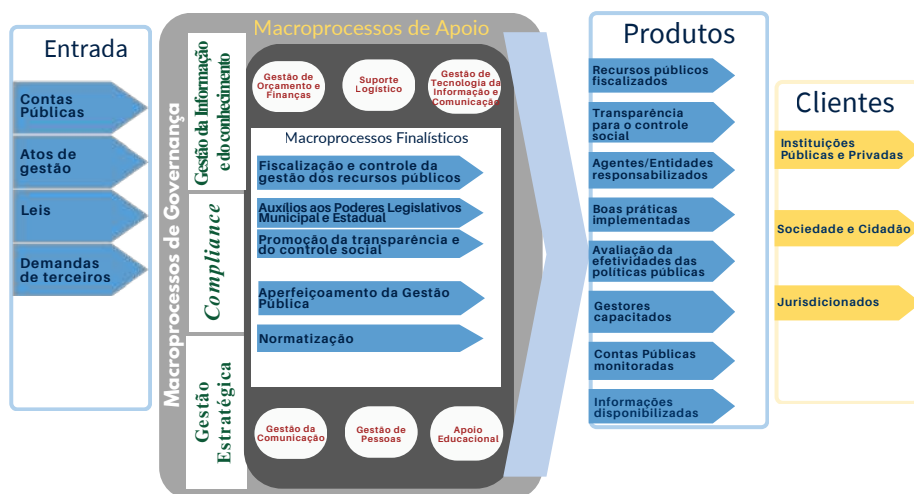
NÍVEL OPERACIONAL

Secretarias e Unidades

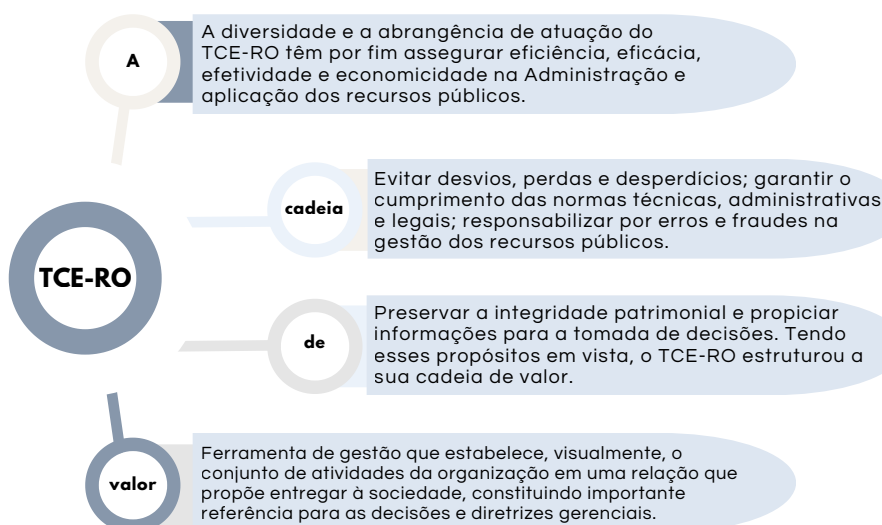
2. GOVERNANÇA

CADEIA DE VALOR

Cadeia de Valor - Macroprocessos TCE-RO



Fonte: Comissão Especial para atuar no mapeamento e redesenho de macroprocessos do TCE-RO (Portaria n. 655, de 4 de agosto de 2017).



2. GOVERNANÇA

DOCUMENTOS ESTRUTURANTES DA ATUAÇÃO DO TCE-RO



O Plano Estratégico revisado do TCE-RO está disponível para o cidadão no endereço eletrônico ou QRCODE apresentado:

<https://tcero.tc.br/2021/09/08/plano-estrategico-2021-2028/>

O Plano Estratégico é a ferramenta fundamental de orientação às ações institucionais em direção aos seus objetivos de longo prazo.

Oferece uma visão abrangente e estruturada das metas, prioridades e estratégias que a organização planeja adotar para alcançar o sucesso, capacitando a organização para antecipar-se aos desafios, identificar oportunidades e adaptar-se de forma eficaz às mudanças, garantindo assim o desenvolvimento contínuo e a sua sustentabilidade.

A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para que existimos como instituição de Controle Externo.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG.

2. GOVERNANÇA

DOCUMENTOS ESTRUTURANTES DA ATUAÇÃO DO TCE-RO

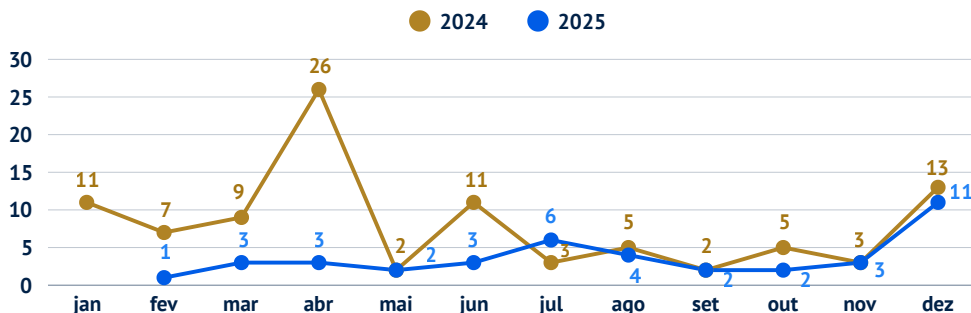
O Plano de Gestão está hospedado na página oficial deste Tribunal de Contas e pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico:

https://tcero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df_50592/1/



Os resultados monitorados do Plano de Gestão relativos ao terceiro quadrimestre tratam da conclusão dos projetos, metas e ações (141)*, que estão vetorizados para a busca da eficiência operacional e o alcance dos objetivos institucionais.

Gráfico 1 – Execução das ações do Plano de Gestão - Biênio 2024-2025.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG.

Nota (*): No decorrer de 2024-2025 foram executadas (137) ações, entretanto em janeiro/2026 serão finalizadas mais (4) ações que integram o mesmo período. Assim, tem-se o total de (141) ações concluídas para o Biênio 2024-2025.

2. GOVERNANÇA

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para viabilizar a adequada execução dos diversos projetos e processos, bem como a continuidade das atividades do Tribunal, foram realizadas 19 contratações no 4º trimestre de 2025, no valor total de R\$ 29.298.525,08 (vinte e nove milhões, duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais e oito centavos).

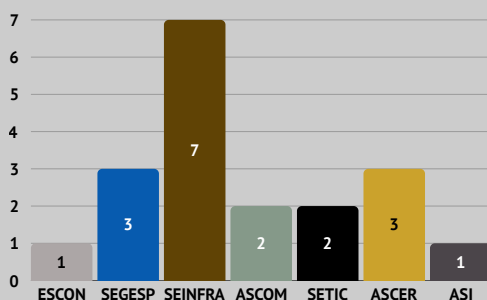
Tabela 1: Contratações distribuídas por tipos e valores.

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR CONTRATADO	ECONOMIA GERADA
Dispensa	5	R\$ 118.867,10	R\$ 106.070,00	R\$ 12.797,10
Inexigibilidade	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00	-
Pregões	12	R\$ 17.728.178,82	R\$ 14.673.151,50	R\$ 3.055.027,32
Concorrência	1	R\$ 14.477.026,96	R\$ 14.441.303,58	R\$ 35.723,38
Credenciamento	0	-	-	-
TOTAIS	19	R\$ 32.402.072,88	R\$ 29.298.525,08	R\$ 3.103.547,80

Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.

O processo de licitação das contratações realizadas no período gerou a economia de R\$ 3.103.547,80 (três milhões, cento e três mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos). Considera-se como economia gerada, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em comparação ao realmente contratado após os procedimentos licitatórios.

Gráfico 2 – Contratações distribuídas por quantidade e áreas favorecidas.



Fonte: Secretaria Executiva de Licitação e Contratos - SELIC/SGA.


19
CONTRATAÇÕES
FINALIZADAS


R\$ 29.298.525,08
VALORES
CONTRATADOS

68%
PERCENTUAL DE
LICITAÇÕES
REALIZADAS DO
PREVISTO PARA
O TRIMESTRE

32%
PERCENTUAL DE
CONTRATAÇÕES
DIRETAS

ÁREA MAIS
BENEFICIADA



SEINFRA

2. GOVERNANÇA

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Entre as contratações realizadas no período, destacam-se as de maior relevância, seja por questão estratégica (Plano Estratégico 2021-2028, revisão 24-28) ou por sua representação financeira frente ao orçamento do TCE-RO e ao Plano Anual de Contratação - PAC 2025.

Tabela 2: Contratações mais relevantes no trimestre.

OBJETO E DEMANDANTE	VALOR	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Item 54 do PAC 2025 - SEINFRA Fornecimento e instalação de um grupo motor gerador movido a diesel para uso como fonte auxiliar, para atender às necessidades do Edifício Anexo III.	R\$ 500.000,00	PLANO ESTRATÉGICO 2021/2028, CONFORME O OBJETIVO ESTRATÉGICO PREVISTO NO EIXO B – Nº 4: ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Item 26 do PAC 2025 - SEINFRA Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de desmontagem, transporte, montagem e manutenção preventiva e corretiva de arquivos deslizantes, com fornecimento de peças e insumos, e transporte de aproximadamente 11.960 caixas do acervo documental.	R\$ 254.870,00	PLANO ESTRATÉGICO 2021/2028, CONFORME O OBJETIVO ESTRATÉGICO PREVISTO NO EIXO B – Nº 4: ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.
Item 11 do PAC 2025 - ASI Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e manutenção de sistema de CFTV.	R\$ 1.087.999,84	RELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO VIGENTE, NO EIXO B – 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Fonte: Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC e Secretaria-Geral de Administração - SGA.

2. GOVERNANÇA

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO

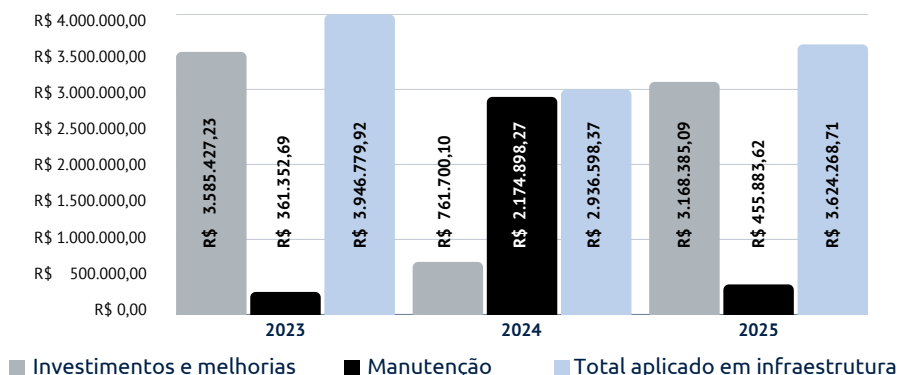
Os recursos aplicados nos últimos três anos evidenciam a execução contínua de investimentos em obras e melhorias estruturantes, bem como a manutenção de contratos essenciais ao funcionamento institucional.

Em 2023, a predominância foi no investimentos e melhorias, refletindo ações voltadas à modernização da infraestrutura. Em 2024, observa-se a redução no volume total aplicado, associada à readequação do planejamento e à racionalização das contratações no período.

No exercício de 2025, verifica-se um incremento nos valores destinados à infraestrutura, comparando-se com 2024, com destaque no aumento dos investimentos e melhorias. Esse comportamento evidencia a intensificação das intervenções estruturais, especialmente aquelas relacionadas a adequação e ampliação do Edifício Anexo III, sem prejuízo da continuidade das ações de manutenção predial, que também apresentaram crescimento em relação ao exercício anterior.

A manutenção de infraestrutura foi realizada de maneira contínua, em conformidade com o cronograma estabelecido e considerando as necessidades operacionais do TCE-RO.

Gráfico 3 – Comparativo 2023/2024/2025 dos valores de investimentos em infraestrutura.



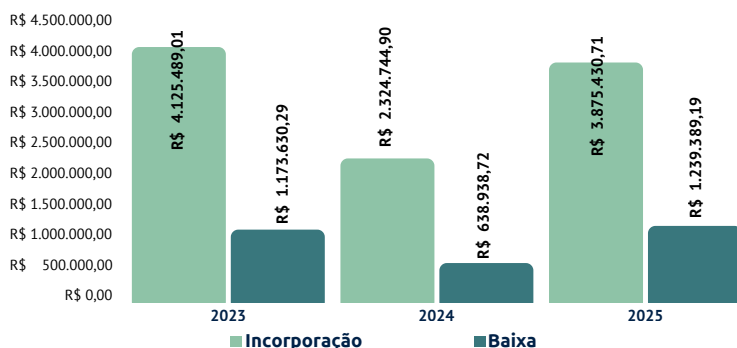
Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

2. GOVERNANÇA

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO

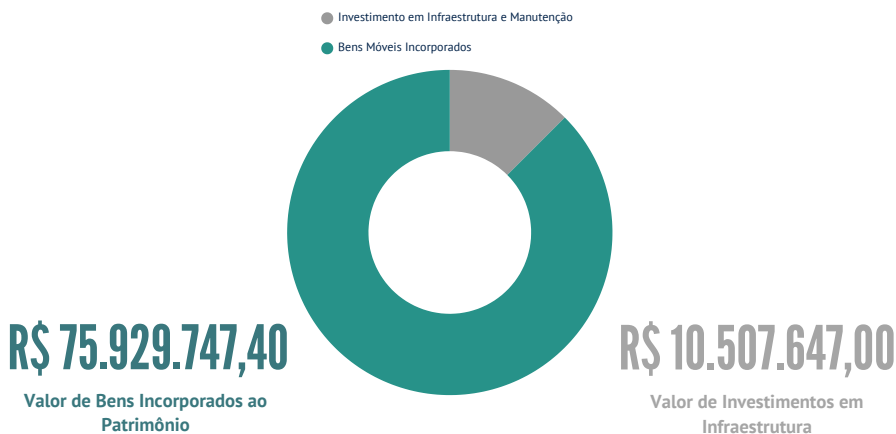
Quanto a análise do total de bens móveis (incorporação e baixa) ao patrimônio do TCE-RO, no período de 2023 a 2025 tem-se os montantes a seguir:

Gráfico 4 – Comparativo 2023/2024/2025 dos valores de bens móveis (incorporação e baixa).



Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

Gráfico 5 – Valores totais 2023/2024/2025 de investimentos em infraestrutura e bens incorporados.



Fonte: Secretaria Executiva de Infraestrutura e Logística - SEINFRA.

2. GOVERNANÇA

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Os números revelam a experiência do TCE-RO na participação ativa com a sociedade. Diuturnamente pessoas são impactadas pelas notícias, que são elaboradas com linguagem adequada para facilitar a comunicação com o usuário da internet.

Milhões de acessos e pesquisas nas redes sociais demonstram que a Instituição promove a interação com o cidadão que precisa ser informado sempre, destacando-se aqueles que buscam o aprofundamento acerca do ministério do Tribunal.



Fonte: Assessoria de Comunicação Social - ASCOM.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS

Volume de Recursos Fiscalizados

No ano de 2025 foram fiscalizados **R\$ 8.696.586.593,20** (oito bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, quinhentos e noventa e três reais e vinte centavos), por meio de suas ações típicas de controle.

Recursos Fiscalizados

2023 *R\$ 32.67 BILHÕES**

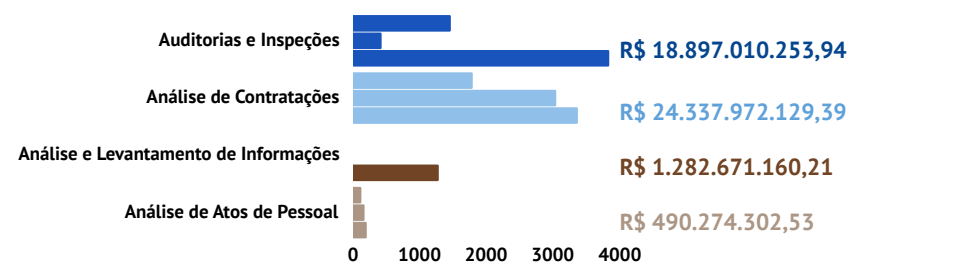
2024 *R\$ 3.64 BILHÕES*

2025 *R\$ 8.70 BILHÕES*

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.
Nota (*): O valor referente ao exercício de 2023 foi apurado com base na metodologia então vigente para mensuração do Volume de Recursos Fiscalizados (VRF), a qual possuía escopo ampliado. A partir do exercício de 2024, o TCE-RO adotou nova abordagem metodológica, pautada em critérios mais seletivos, padronizados e alinhados às diretrizes de planejamento estratégico e de priorização das ações de controle externo. Dessa forma, eventuais discrepâncias entre os valores apresentados ao longo do triênio decorrem, exclusivamente da evolução metodológica adotada, não representando redução da atuação institucional ou do alcance das fiscalizações realizadas.

O Gráfico demonstra o volume de recursos fiscalizados em cada ação de controle, detalhadas na sequência.

Gráfico 6 – Valores totais fiscalizados por ação de controle no triênio 2023, 2024 e 2025.



Quadro 1: Valores fiscalizados por ação de controle e ano.

AÇÃO DE CONTROLE	2023	2024	2025	TOTAL
AUDITORIAS E INSPEÇÕES	R\$ 14.630.869.132,49	R\$ 424.506.716,51	R\$ 3.841.634.404,94	R\$ 18.897.010.253,94
ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES	R\$ 17.922.515.586,08	R\$ 3.045.024.917,18	R\$ 3.370.431.626,13	R\$ 24.337.972.129,39
ANÁLISE E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	-	-	R\$ 1.282.671.160,21	R\$ 1.282.671.160,21
ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL	R\$ 120.317.515,16	R\$ 168.107.385,45	R\$ 201.849.401,92	R\$ 490.274.302,53
TOTAL	R\$ 32.673.702.233,73	R\$ 3.637.639.019,14	R\$ 8.696.586.593,20	R\$ 45.007.927.846,07

Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES AUDITORIAS E INSPEÇÕES

Análise das Contratações

Durante a análise de atos de contratações no triênio **2023, 2024 e 2025**, verificaram-se diversos contratos públicos abrangendo o valor de **R\$ 24.337.972.129,39** (vinte e quatro bilhões, trezentos e trinta e sete milhões, novecentos e setenta e dois mil, cento e vinte e nove reais e trinta e nove centavos).

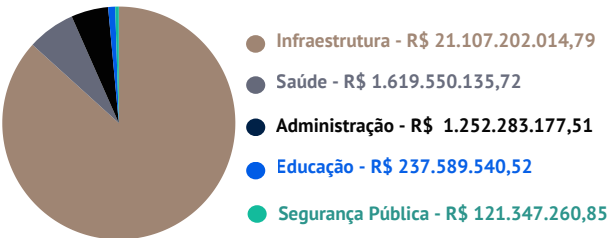
Em **2025**, o valor totalizou em **R\$ 3.370.431.626,13** (três bilhões, trezentos e setenta milhões, quatrocentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e seis reais e treze centavos).

As áreas temáticas que tiveram contratos analisados foram infraestrutura, saúde, administração, educação e segurança pública, em sentido amplo. O gráfico a seguir demonstra os valores fiscalizados em cada área.

Recursos Fiscalizados nas Contratações

2023	R\$ 17.92 BILHÕES
2024	R\$ 3.04 BILHÕES
2025	R\$ 3.37 BILHÕES

Gráfico 7 – Valores fiscalizados por área no triênio 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

Auditorias e Inspeções

A atividade de controle de maior abrangência exercida pelo Tribunal de Contas é a fiscalização dos recursos envolvidos na Administração Pública, que ocorre por meio da análise de processos em auditorias e inspeções.

No triênio **2023, 2024 e 2025** foram finalizados 1.137 processos, totalizando **R\$ 18.897.010.253,94** (dezoito bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, dez mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Em **2025**, o valor totalizou em **R\$ 3.841.634.404,94** (três bilhões, oitocentos e quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Recursos Fiscalizados nos 1.137 Processos de Auditorias e Inspeções

2023	R\$ 14.6 BILHÕES
2024	R\$ 424.5 MILHÕES
2025	R\$ 3.84 BILHÕES

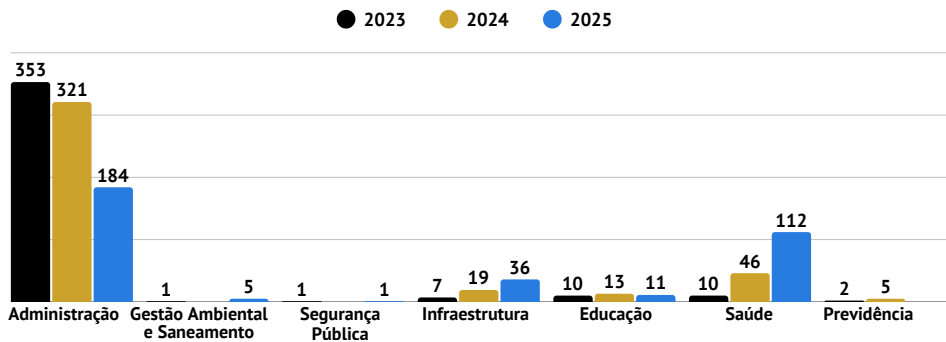
Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

AUDITORIAS E INSPEÇÕES

QUANTIDADE DE AUDITORIAS E INSPEÇÕES POR ÁREA

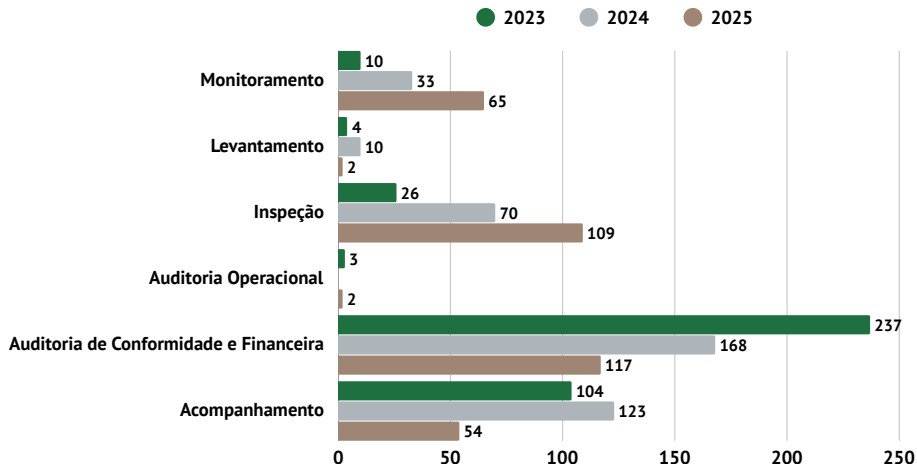
Gráfico 8 – Distribuição das auditorias e inspeções por área no triênio 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE

Gráfico 9 – Distribuição das auditorias e inspeções por tipo no triênio 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL OUTROS BENEFÍCIOS

Análise de Atos de Pessoal

Quanto a análise de Atos de Pessoal, verificou-se a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Recursos
Fiscalizados nos
Atos de Pessoal em
2025*
R\$ 201.849.401,92

Vale ressaltar que, após a entrada em vigor da Instrução Normativa n. 71/2020/TCE-RO, no exame de processos relativos a atos de aposentadoria e pensão está sendo adotado o exame sumário, quando verificados os preenchimentos dos requisitos estabelecidos em portaria.

No triênio 2023, 2024 e 2025 o volume de recursos apreciados nessa modalidade alcançou o montante de R\$ 490.274.302,53 (quatrocentos e noventa milhões, duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e dois reais e cinquenta e três centavos).



2023	R\$ 120.317.515, 16
2024	R\$ 168.107.385,45
2025	R\$ 201.849.401,92

Outros Benefícios

Além dos benefícios gerados, a partir das atividades típicas de controle (fiscalização, análise de atos de pessoal e análise de contratos). Outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com o foco em resultados.

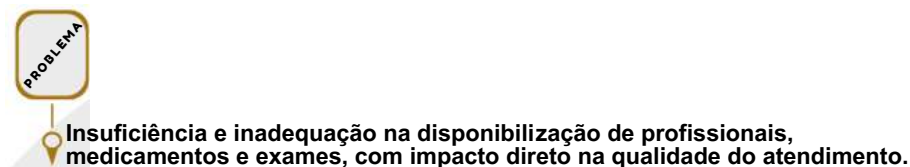
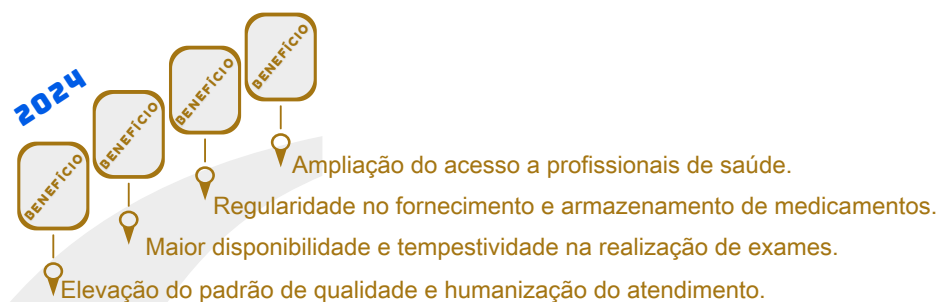
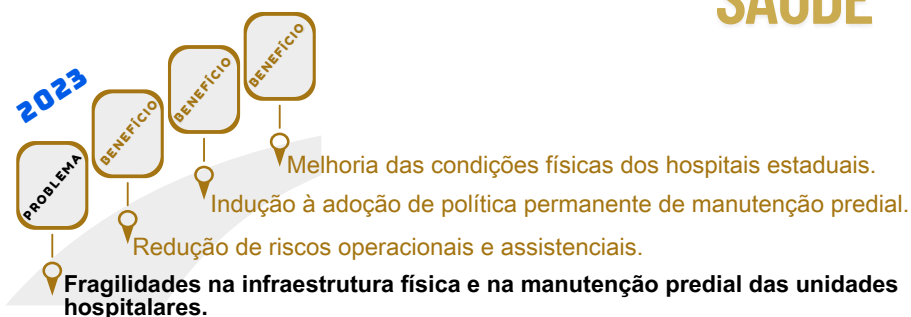
Na sequência serão apresentados, de forma resumida, os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCE-RO no triênio 2023, 2024 e 2025.

São ações adotadas para fazer frente aos problemas públicos relevantes, visando a entrega de benefícios para as políticas públicas, conforme demonstrado a seguir.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

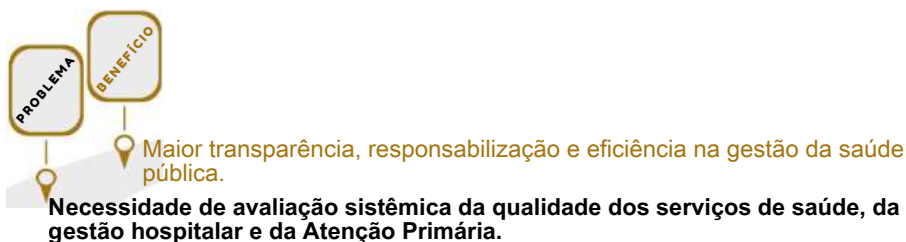
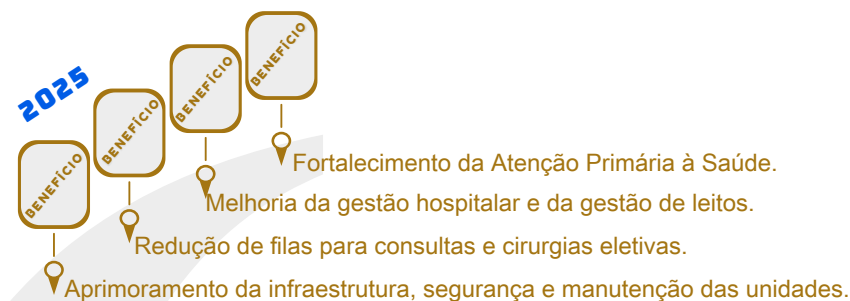
área SAÚDE



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

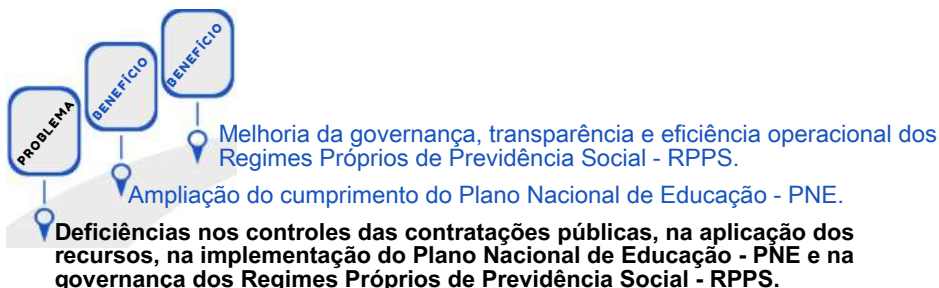
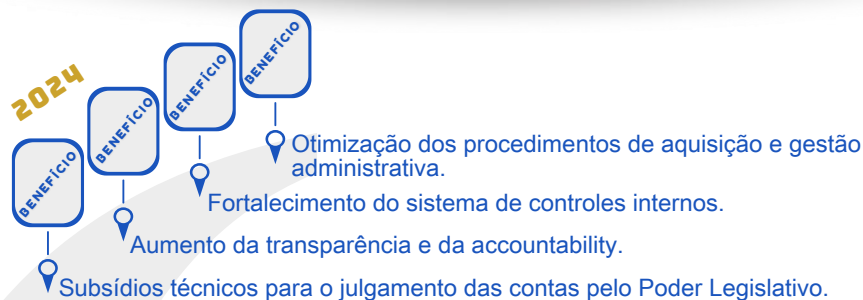
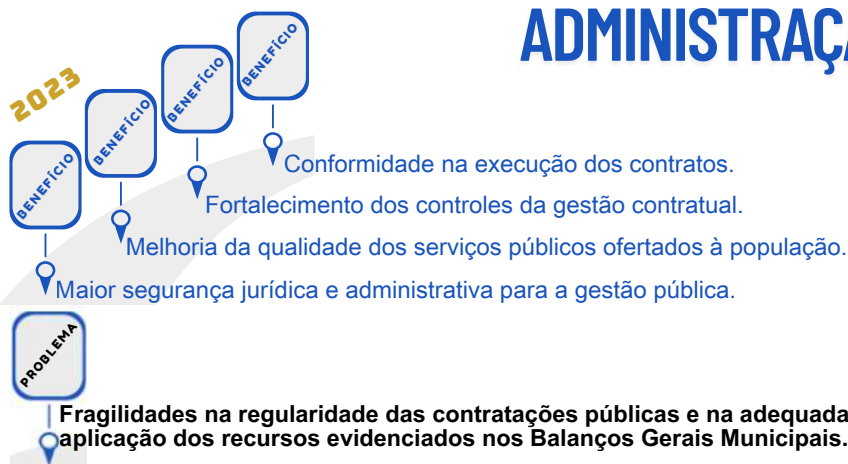
área
SAÚDE



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área ADMINISTRAÇÃO

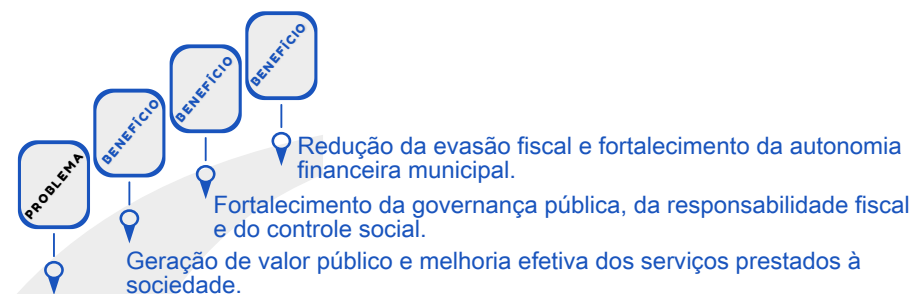
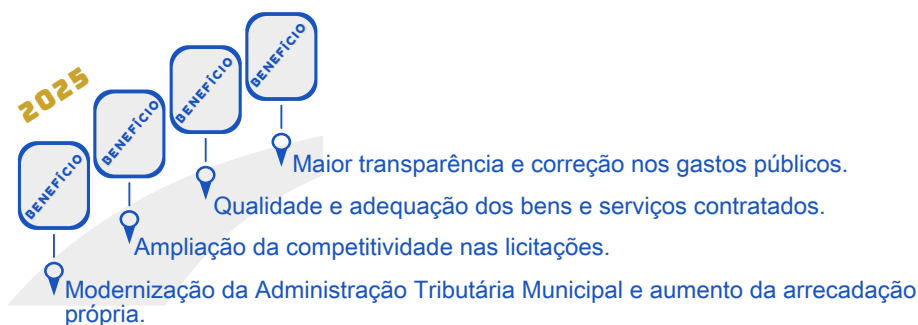


Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área ADMINISTRAÇÃO

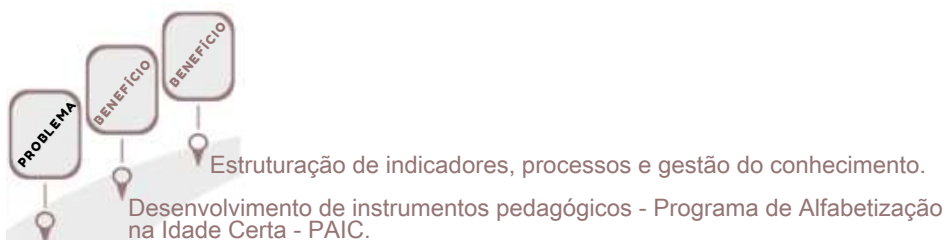
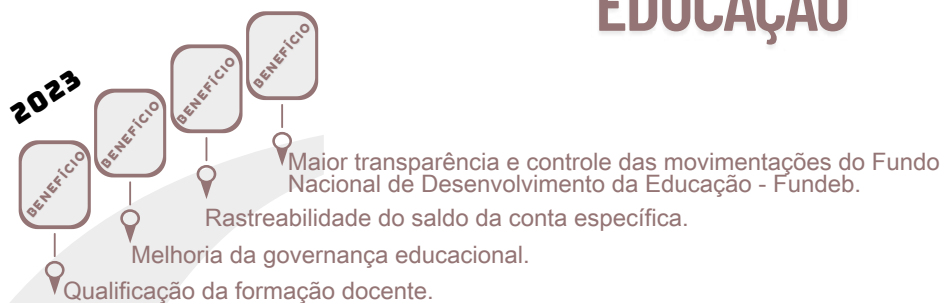


Riscos de ineficiência, irregularidades e baixa transparência na aplicação do orçamento, associados às contratações públicas, à Administração Tributária Municipal e à execução orçamentária e financeira.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área EDUCAÇÃO



Fragilidades na gestão financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fundeb e na política de contratação, formação e lotação de professores da rede municipal.

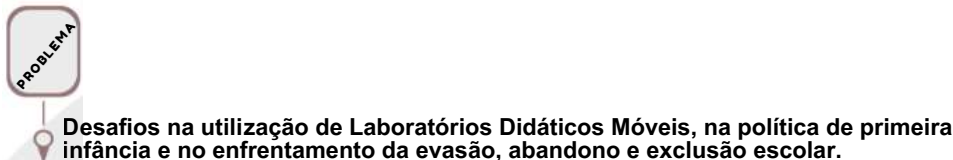
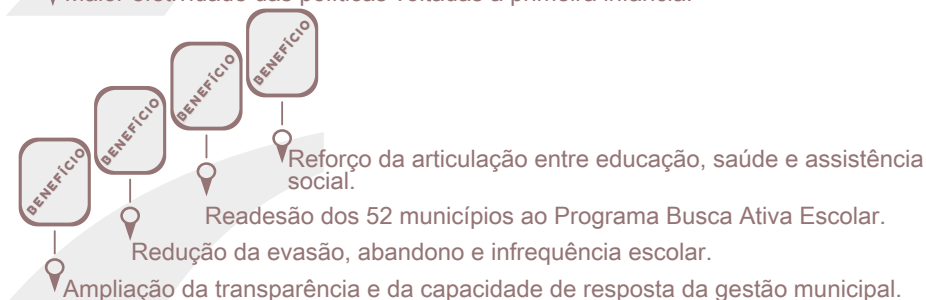
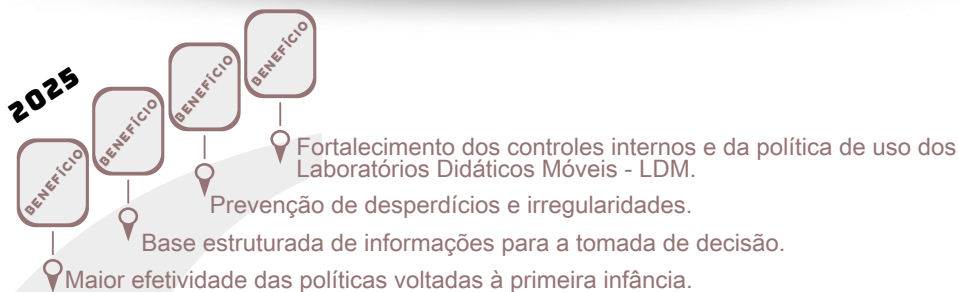
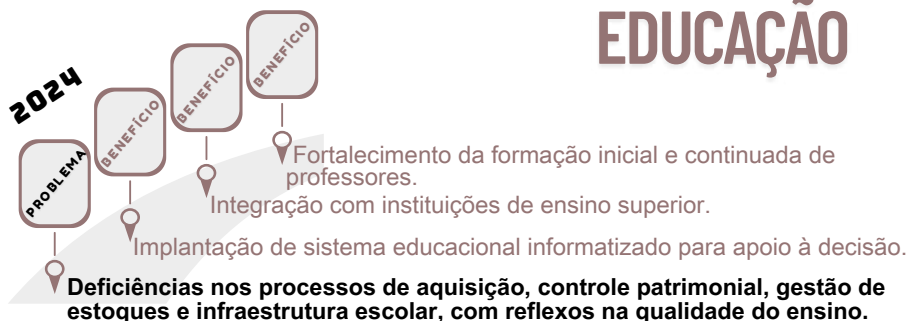


Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

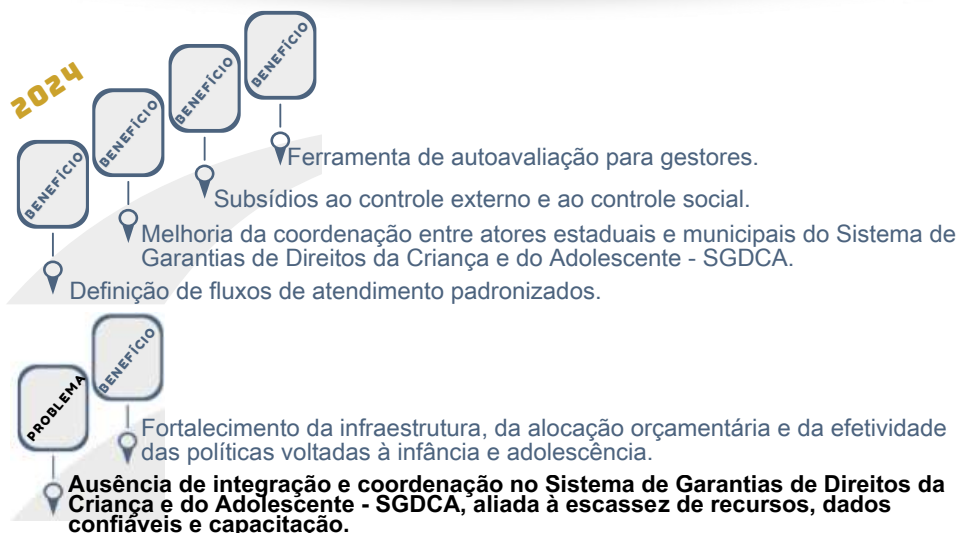
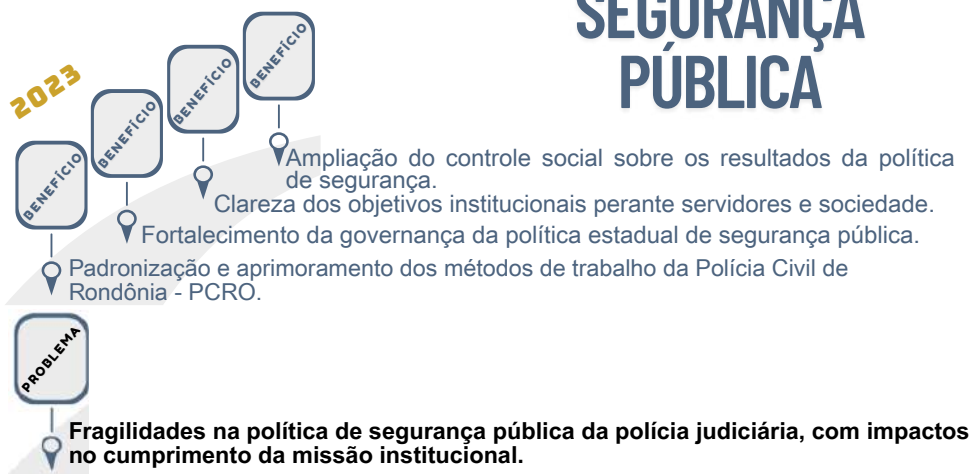
área EDUCAÇÃO



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área SEGURANÇA PÚBLICA

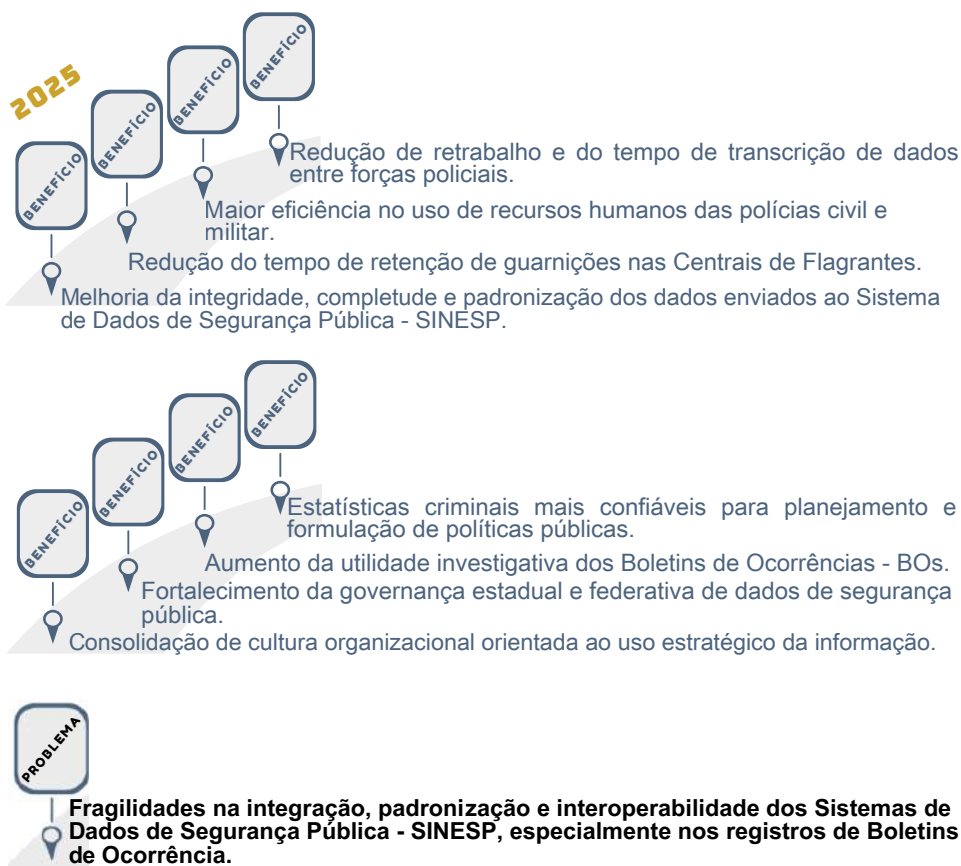


Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

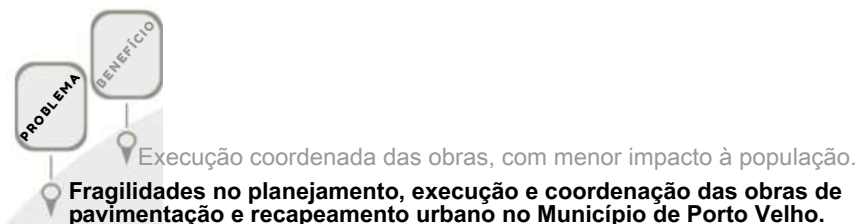
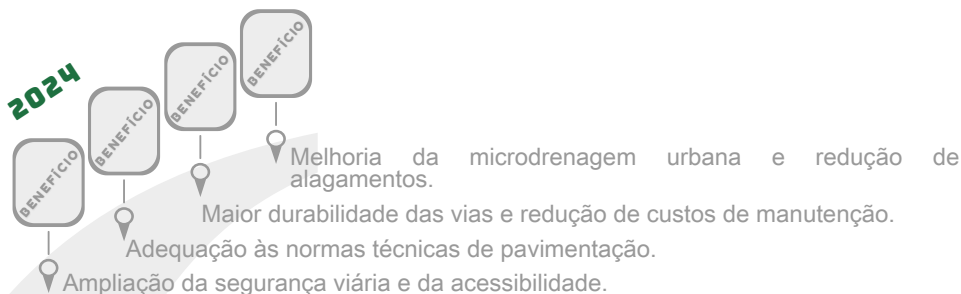
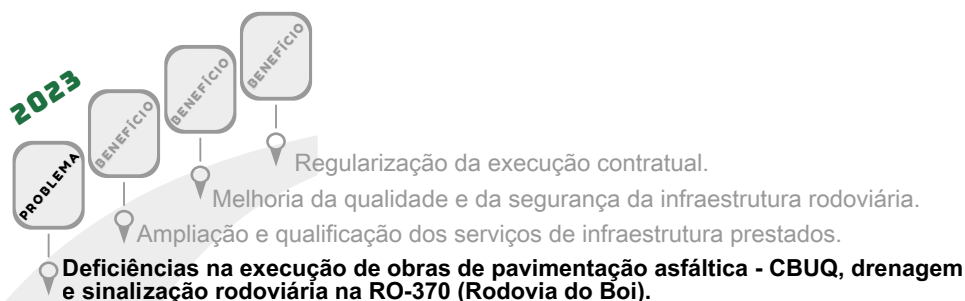
área SEGURANÇA PÚBLICA



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área INFRAESTRUTURA

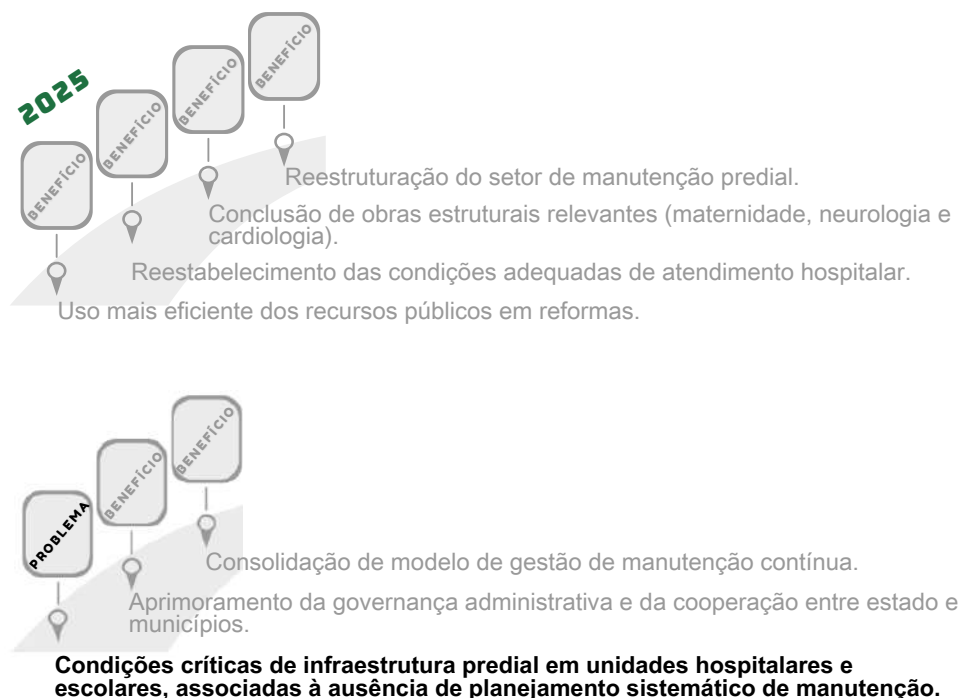


Fonte: Assessoria Técnica da Secretaria-Geral de Controle Externo - ASTEC/SGCE.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

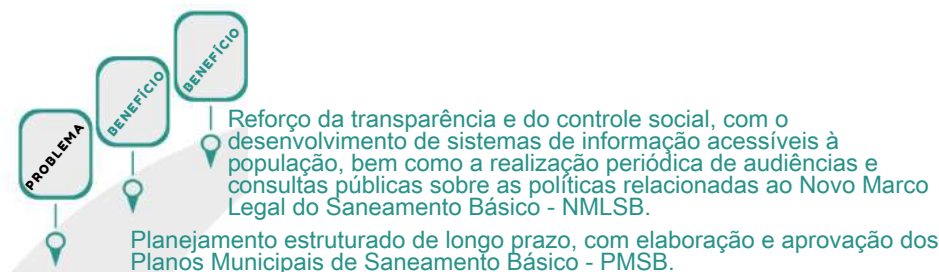
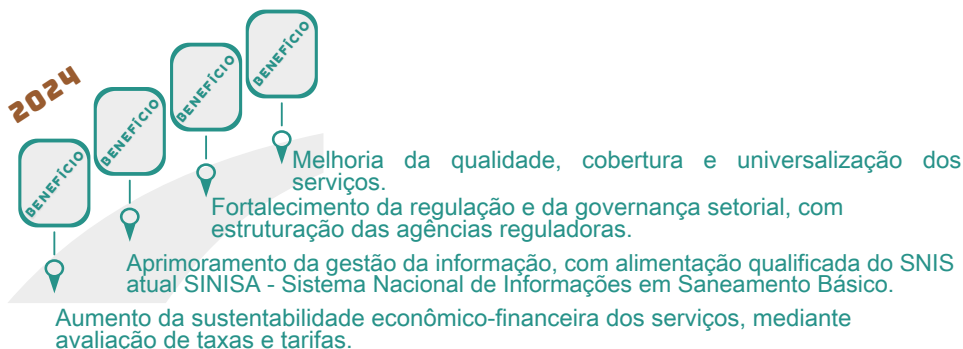
área INFRAESTRUTURA



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO

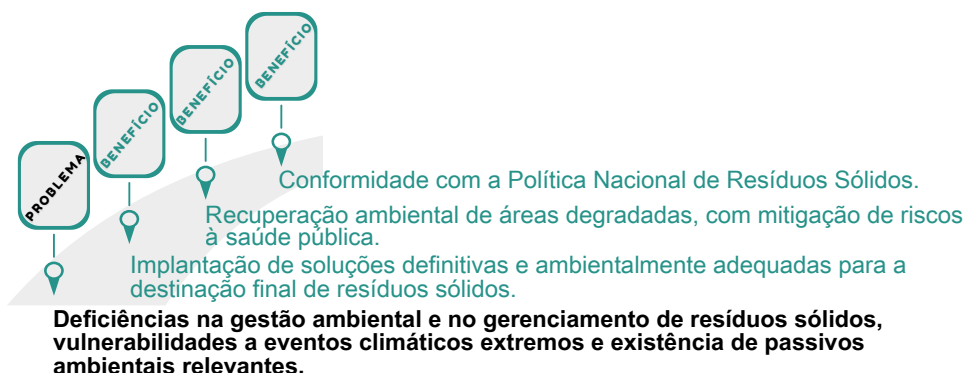
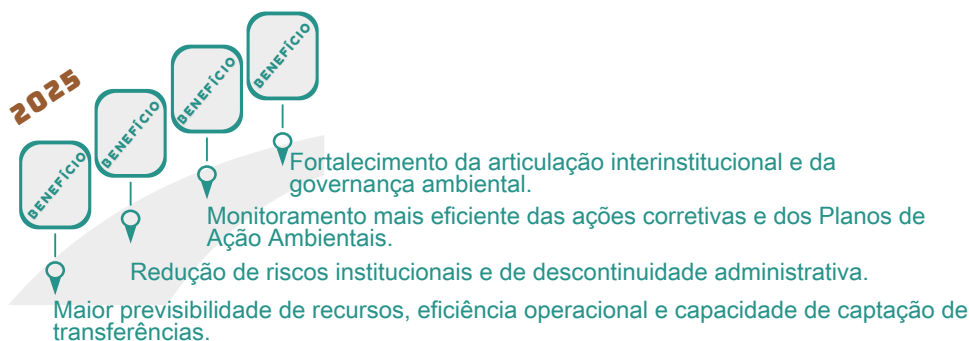


Fragilidades estruturais nos serviços essenciais de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

RELAÇÃO DAS AÇÕES COM ENTREGA DE BENEFÍCIOS

área GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO

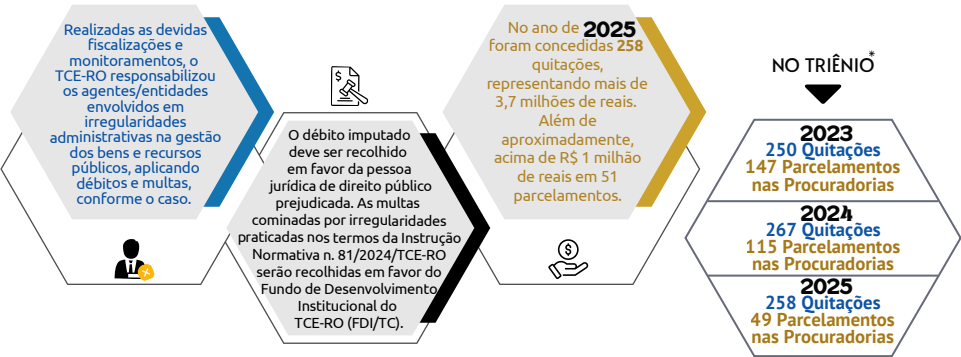


3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

MULTAS E RESPONSABILIZAÇÕES

Multas e Responsabilizações

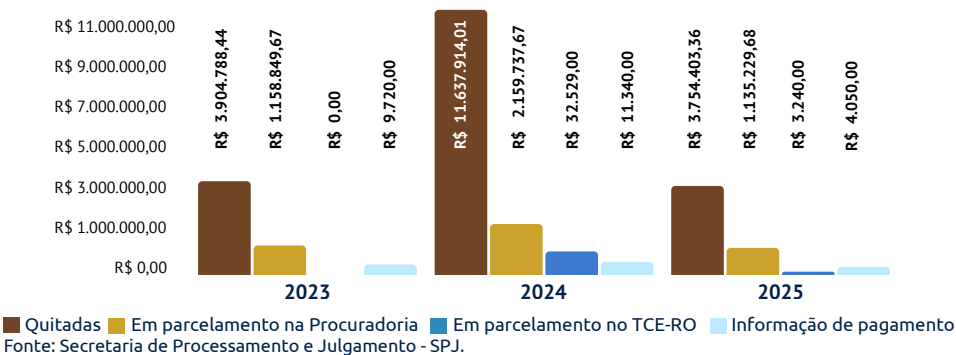
QUANTIDADE DE QUITAÇÕES E PARCELAMENTOS



Nota (*): Nas medidas de cobranças, além das quitações e parcelamentos, inclui-se também “Informação de pagamento”, em 2023 (4), 2024 (4) e 2025 (2).

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

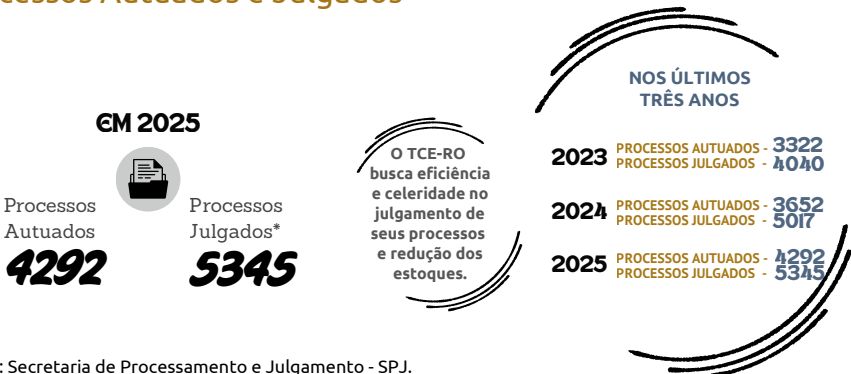
Gráfico 10 – Comparativo 2023, 2024, 2025 dos valores de medidas de cobranças com valores quitados, parcelados e informações de pagamento.



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

PROCESSOS AUTUADOS E JULGADOS DELIBERAÇÕES

Processos Autuados e Julgados



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Nota (*): O quantitativo de processos julgados corresponde a soma de (processos apreciados/julgados não incluídos os apensos), informada pela Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ com a quantidade de decisões monocráticas dispostas no sistema PC-e no período.

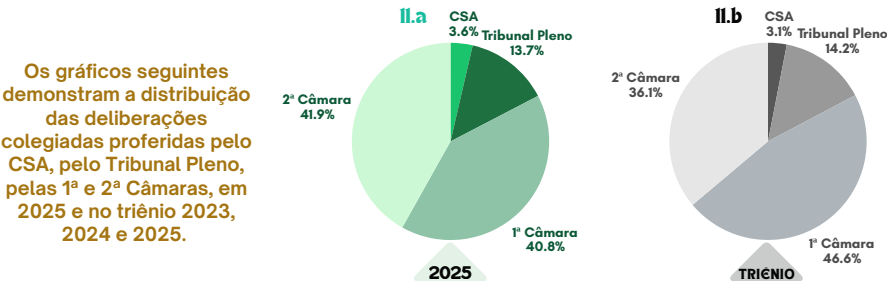
As decisões são proferidas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração - CSA, Tribunal Pleno ou ainda pelas Câmaras.

No ano de 2025 foram emitidas **2153** deliberações de maneira colegiada. Ao lado, tem-se a demonstração dos números por tipo de deliberação.

CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO	ACÓRDÃO RESOLUÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA	2025	2024	2023
		30	34	33
		44	22	34
PLENO	PARECER PRÉVIO ACÓRDÃO	4	1	-
		2025	2024	2023
		233	246	264
1ª CÂMARA	ACÓRDÃO	63	64	68
		2025	2024	2023
		878	1126	1074
2ª CÂMARA	ACÓRDÃO	2025	2024	2023
		901	967	520
		901	967	520

Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Gráficos 11.a e 11.b – Percentuais de decisões em 2025 e no triênio 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

DELIBERAÇÕES

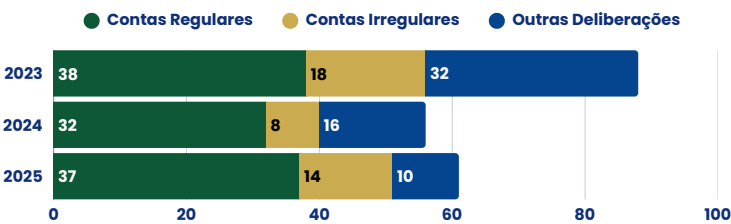
Além das decisões colegiadas já destacadas, também são proferidas decisões monocraticamente pelos Conselheiros, que preveniram despesas potencialmente irregulares em aproximadamente 4,8 BI no período de 2023, 2024 e 2025.

ANO	 Decisões Monocráticas que preveniram despesas potencialmente irregulares	 Montante dos valores examinados por meio das Decisões Monocráticas
2023	32	R\$ 2.616.511.193,37
2024	30	R\$ 1.133.308.489,27
2025	33	R\$ 1.148.611.489,93
	95	R\$ 4.898.431.172,57

O TCE-RO, como atividade precípua, monitora, aprecia e julga as contas públicas, avaliando se os recursos foram aplicados corretamente.

No triênio, o Tribunal julgou 205 processos de prestação de contas e tomada de contas de forma definitiva, conforme o apresentado no gráfico ao lado.

Gráfico 12 – Quantidade de prestação de contas e tomada de contas julgadas em 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Secretaria de Processamento e Julgamento - SPJ.

Ainda nos últimos três anos, o TCE-RO apreciou 173 processos de prestação de contas e tomada de contas especial, tendo sido proferidos 151 pareceres favoráveis, 1 parecer favorável com ressalvas e 21 pareceres contrários.

QUANTIDADE DE PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS/TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Apreciadas no Triênio	
2023	61
2024	56
2025	56

PARECER FAVORÁVEL	2023	55	2024	50	2025	46
PARECER CONTRÁRIO	2023	5	2024	6	2025	10
PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS	2023	1				

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

PROGRAMAS E PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Esforços foram direcionados para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025, por meio de entregas de soluções tecnológicas.

As ações desenvolvidas envolveram melhorias em serviços já existentes, fortalecimento da infraestrutura tecnológica e avanços na segurança da informação.

Além de consolidar a importância de investir em tecnologia para promover um ambiente organizacional dinâmico e alinhado aos padrões modernos de governança pública e inovação tecnológica.

Essas entregas visam modernizar processos, aumentar a eficiência operacional, promover a transparência e fortalecer a atuação do Controle Externo Orientado por Dados - CEOD.

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2023, 2024 E 2025

2023



PROJETO GESTÃO DE METAS

Resultado:

Confiabilidade aos indicadores gerados para as metas institucionais e de área, além da otimização de recursos tecnológicos no processamento das informações, para maior performance e escalabilidade.

INTEGRAÇÃO DO SEI COM O JIRA CLOUD

Resultado:

Permissão de ganho de produtividades, através da automatização da criação e atribuição de tarefas para demandas aportadas no SEI.

ALFABETIZA

Resultado:

Disponibilização de ferramenta de monitoramento das ações relacionadas as políticas públicas, voltadas à alfabetização na idade certa em todo o Estado de Rondônia, permitindo subsidiar ações de auditorias e ações pedagógicas, que resultam na melhoria dos índices de alfabetização na idade certa em todo o estado.

PCE - MÓDULO DE TUTELAS, INTEGRAÇÃO COM O JIRA CLOUD E EXCLUSÃO DE ARQUIVOS

Resultado:

Visão dos usuários da situação da tutela dentro dos processos, facilitando assim o gerenciamento dos prazos dentro de cada setor. Além da criação de cards de forma automatizada e a exclusão de arquivos por autor do documento, permitindo ganho de produtividade.

PORTAL CIDADÃO

Resultado:

Possibilidade de ampliação do alcance dos serviços disponibilizados pelo TCE-RO aos cidadãos.

APLIC

Resultado:

Permissão de modernização de procedimentos relacionados ao planejamento e acompanhamento de licitações e contratações, através da integração e automatização de informações em um único ambiente.

PCE PRAZOS

Resultado:

Criação de dashboard integrado ao PC-e Estratégico que permitiu a aferição de atendimento de prazos na conclusão de produtos (documentos) processuais em tempo real, proporcionando ganho de produtividade e transparência.

OPINE AI - FUNCIONALIDADES OFFLINE E MELHORIAS DE USABILIDADE

Resultado:

Permissão de atualização e melhoria de sistema, disponibilizado para a sociedade rondoniense avaliar os serviços entregues pelos gestores públicos, viabilizando a atuação do cidadão em prol de melhorias sociais.

JIRA CLOUD API - AUTOMAÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE CATALOGOS

Resultado:

Processos automatizados, reduzindo erros e tempo dispendido em atividades manuais e repetitivas.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

PROGRAMAS E PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2023



FERRAMENTAS DE BUSINESS INTELLIGENCE

Resultado:

Disponibilização de ferramentas de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios.

PROJETO DE CONTROLE ORIENTADO A DADOS

Resultado:

Possibilidade do uso de volume de dados para subsidiar a tomada de decisão e planejamento de ações de controle e fiscalização, visando identificar ações que induzam a melhoria de serviços entregues à sociedade.

APRIMORE MMDTC

Resultado:

Automatização do procedimento de avaliação dos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil.

FILA DE CRECHE

Resultado:

Criação de ambiente de dados e aplicação, configurado na esteira de desenvolvimento e fornecido suporte ao desenvolvimento de atividades, relacionadas ao respectivo sistema permitindo a execução das atividades de desenvolvimento pela equipe do IFRO.

RADAR

Resultado:

Disponibilização de plataforma com informações consolidadas sobre as remessas enviadas pelos jurisdicionados, que possibilita aos usuários a identificação de possíveis irregularidades no dever de prestar contas, possibilitando a utilização de dados para a melhoria das atividades de fiscalização por parte do Controle Externo.

ORDEM CRONOLÓGICA

Resultado:

Automatização do acesso, gerenciamento e controle da Ordem Cronológica de Pagamentos do TCE-RO, contemplando todas as etapas dos processos de trabalho relacionados a pagamentos, garantindo a transparência de todos os atos relacionados a pagamento de fornecedores.

SIGAP INTEGRADOR

Resultado:

Eficiência na análise e geração de relatórios. Identificação mais assertiva de desconformidades ou irregularidades.

DW DADOS ABERTOS CNPJ

Resultado:

Permissão do tratamento e armazenamento de dados abertos de CNPJ, para o cruzamento com dados da base pertencente ao TCE-RO, subsidiando ações de Controle Externo.

SPJe

Resultado:

Redução no tempo de apreciação e julgamento de processos, permitindo atendimento ágil a demandas de jurisdicionados e sociedade.

COMUNIC

Resultado:

Aumento na celeridade, eficiência e rastreabilidade das comunicações dos atos processuais (citação, intimação, diligências, determinações e recomendações) realizadas entre o TCE-RO e os jurisdicionados.

ADEQUAÇÕES À LGPD

Resultado:

Garantia da *compliance* com a LGPD e desenvolvimento da base a ser acoplada em qualquer sistema que necessite controlar *cookies*, visando o atendimento à nova lei.

2024



CONTAI

Resultado:

Aumento da produtividade e acesso rápido à informação. Permissão da utilização de tecnologia para ampliar a geração de ideias e aumentar a agilidade na produção de textos e pesquisa de legislação/jurisprudência.

APRIMORE MMDTC

Resultado:

Automatização do procedimento de avaliação dos indicadores do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil.

GESTÃO DE DESEMPENHO

Resultado:

Visão clara dos índices de cumprimento de metas, gerando a possibilidade de identificação das áreas de sucesso e os pontos de melhoria, para a garantia do atendimento dos objetivos estratégicos.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

PROGRAMAS E PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2024



GESTÃO DAS DELIBERAÇÕES E QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Resultado:

Maior transparência nas ações de controle. Mensuração da efetividade das ações. Mitigação do risco de prescrição dos processos.

COMUNIC

Resultado:

Aumento da celeridade, eficiência e rastreabilidade das comunicações dos atos processuais (citação, intimação, diligências, determinações e recomendações) realizadas entre TCE-RO e jurisdicionados.

RADAR CIDADÃO

Resultado:

Permissão do acompanhamento do cidadão aos recursos públicos que estão sendo investidos no estado e seu município. Transparência do orçamento e nas obras.

SPJe GESTÃO DAS DELIBERAÇÕES E QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Resultado:

Aumento da eficácia na fiscalização. Recepção padronizada e estruturada de dados úteis. Eficiência na análise e geração de relatórios.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Resultado:

Redução de inconsistências nos dados publicados. Maior eficiência na atualização de informações. Conformidade com normas de transparência e prestação de contas. Facilidade de acesso e usabilidade para o público e gestores. Segurança no controle e auditoria das informações.

GESTÃO EDUCACIONAL

Resultado:

Planejamento direcionado de capacitações para o público externo e interno. Acompanhamento e avaliação contínua de ações educacionais. Fortalecimento da função pedagógica do TCE-RO.

PORTAL DO CIDADÃO

Resultado:

Ampliação do alcance dos serviços disponibilizados pelo TCE-RO aos cidadãos.

RADAR CONTROLE

Resultado:

Identificação mais célere e assertiva de discrepâncias, falhas ou possíveis irregularidades. Aumento na transparência e possibilidade de disponibilização de informações úteis para o profissional de Controle Externo. Utilização dos dados para ampliação das fiscalizações.

SIGAP INTEGRADOR

Resultado:

Reestruturação do sistema que coleta informações necessárias ao exercício do Controle Externo na área municipal e estadual, a fim de subsidiar a análise das contas anuais dos órgãos jurisdicionados ao TCE-RO.

APLIC

Resultado:

Permissão de modernização de procedimentos relacionados ao planejamento e acompanhamento de licitações e contratações, através da integração e automatização de informações em ambiente único.

E-PAPYRUS

Resultado:

Melhoria da interatividade, usabilidade e navegabilidade para a sociedade. Ambiente e ferramenta de pesquisa eficiente para localização de jurisprudência.

REFORMULAÇÃO DO PCE

Resultado:

Melhoria na interação entre o sistema e o usuário. Aumento da segurança e celeridade na análise processual.

AMBIENTE INTEGRADO

Resultado:

Disponibilização de dados na perspectiva do auditor, do jurisdicionado e da sociedade, possibilitando a otimização da gestão e redução de burocracia. Maior agilidade e eficiência nas análises. Maior transparência e maior engajamento. Tomada de decisão com base em dados. Identificação mais célere de irregularidades.

AGENDA DE CONTAS

Resultado:

Maior agilidade e efetividade no cumprimento das decisões. Simplificação de processo, gerando maior eficiência. Disponibilidade de informações mais estruturadas para os jurisdicionados e sociedade.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

PROGRAMAS E PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2025



PCe

Resultado:

Melhoria na interação entre o sistema e o usuário. Aumento na segurança e celeridade na análise processual.

SIS-TCE

Resultado:

Automatização, padronização e maior controle da instauração e gerenciamento das Tomadas de Contas Especiais, trazendo agilidade e celeridade ao processo de julgamento. Geração de informações de qualidade. Isenção de trabalhos manuais e possibilidade de deslocamento da força de trabalho para atividades mais estratégicas.

AGENDA DE CONTAS

Resultado:

Aumento na transparência, agilidade e efetividade no cumprimento das decisões. Simplificação de processo, gerando maior eficiência. Disponibilidade de informações mais estruturadas para os jurisdicionados e para a sociedade.

SPJe - APRIMORAMENTO E SIGILOS

Resultado:

Redução no tempo de apreciação e julgamento de processos, permitindo atendimento ágil a demandas de jurisdicionados e sociedade.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Resultado:

Redução de inconsistências nos dados publicados. Maior eficiência na atualização de informações. Conformidade com normas de transparência e prestação de contas. Facilidade de acesso e usabilidade para o público e gestores. Segurança no controle e auditoria das informações.

PAINEL INTEGRADO DE DADOS ESTRUTURADOS (PAINEL BUSINESS INTELLIGENCE)

Resultado:

Monitoramento em tempo real de informações estratégicas. Suporte à tomada de decisão, através da disponibilização de dados confiáveis e integrados. Aumento na transparência quanto à informações estratégicas.

RADAR CONTROLE

Resultado:

Disponibilização de ferramenta que reúne informações consolidadas sobre dados dos jurisdicionados, auxiliando o Controle Externo em seu trabalho de fiscalização, visando assegurar ações voltadas a melhoria dos serviços disponibilizados para a sociedade.

SIGAP INTEGRADOR

Resultado:

Eficiência na análise e geração de relatórios. Identificação mais assertiva de desconformidades ou irregularidades.

BERA

Resultado:

Ações de controle mais assertivas. Identificação rápida de indícios de conluio. Automação de processos e redução de trabalho manual. Aprimoramento do processo de tomada de decisão.

GESTÃO DAS DELIBERAÇÕES E QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Resultado:

Aumento na transparência das ações de controle. Mensuração da efetividade das ações. Mitigação do risco de prescrição dos processos.

GESTÃO DE DESEMPENHO

Resultado:

Visão clara dos índices de cumprimento de metas, gerando a possibilidade de identificação das áreas de sucesso e os pontos de melhoria para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos.

MODULO PLANO DE GESTÃO NO JIRA

Resultado:

Melhoria na gestão de projetos ágeis. Centralização e rastreamento das tarefas, incidentes e histórias. Maior visibilidade e transparência sobre o progresso dos projetos. Facilidade na priorização de demandas alinhadas aos objetivos. Otimização dos processos com fluxos de trabalho personalizados.

CONTAI

Resultado:

Aumento da produtividade e acesso rápido à informação. Utilização da tecnologia para ampliar a geração de ideias e aumentar a agilidade na produção de textos e pesquisa de legislação/jurisprudência.

PORTAL DO CIDADÃO

Resultado:

Ampliação do alcance dos serviços disponibilizados pelo TCE-RO aos cidadãos. Integridade das informações relativas aos jurisdicionados. Ampliação do acesso e da transparência dos processos administrativos relacionados a atos de pessoal. Redução de demandas presenciais e maior agilidade em procedimentos executados por cidadãos.

APLIC

Resultado:

Modernização de procedimentos relacionados ao planejamento e acompanhamento de licitações e contratações, através da integração e automatização de informações.

COMUNIC

Resultado:

Aumento da celeridade, eficiência e rastreabilidade das comunicações dos atos processuais (citação, intimação, diligências, determinações e recomendações) entre TCE-RO e jurisdicionados.

RADAR CIDADÃO

Resultado:

Aumento na transparência e engajamento social na fiscalização dos jurisdicionados.

PORTAL DO CIDADÃO - EMISSÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE CNPJ

Resultado:

Ampliação do alcance dos serviços disponibilizados pelo TCE-RO aos cidadãos. Integridade das informações relativas aos jurisdicionados. Ampliação do acesso e da transparência dos processos administrativos relacionados a atos de pessoal. Redução de demandas presenciais e maior agilidade em procedimentos executados por cidadãos.

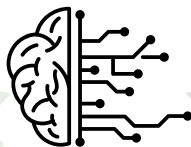
3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

INVESTIMENTO EM TI

Investir em TI é essencial para garantir que a organização mantenha sua modernização e rendimento operacional. A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

Esse fato não só melhora a performance e a confiabilidade dos serviços prestados, reduzindo riscos de falhas e vulnerabilidades, mas também contribui para a continuidade dos negócios e para a realização do que se espera.

INVESTIR EM TI É ESSENCIAL PARA GARANTIR QUE A ORGANIZAÇÃO MANTENHA A SUA MODERNIZAÇÃO E RENDIMENTO OPERACIONAL.



A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação.

São fundamentais para sustentar serviços críticos que dependem de tecnologia para operar de forma eficiente e impactam diretamente na capacidade da instituição de realizar suas funções com precisão e eficiência.

Tudo isso é determinante para cumprir as diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025 do TCE-RO, garantindo o alcance de objetivos, como fortalecer mecanismos de integridade. Os recursos não são apenas para sustentar operações diárias, mas também para a preparação dos desafios futuros e adaptar-se às mudanças tecnológicas, assegurando a excelência na execução de suas atividades, tanto finalísticas quanto operacionais.

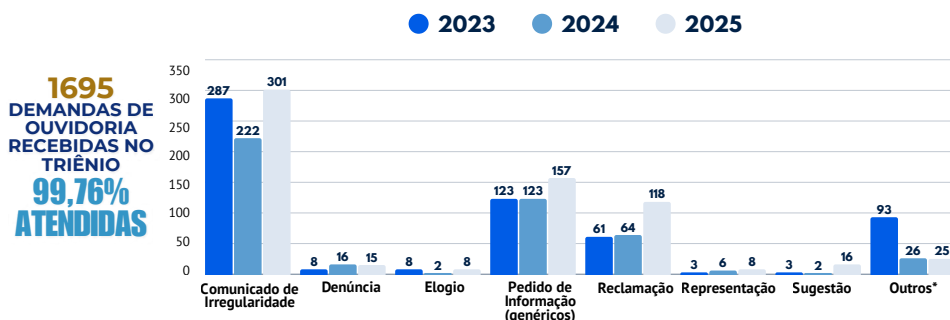
3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

FORTALECIMENTO DOS CONTROLES

OUVIDORIA

A Ouvidoria do TCE-RO fomenta o controle social e com base na Lei n. 12.527/2011 integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Gráfico 13 – Quantidade de demandas de Ouvidoria recebidas em 2023, 2024 e 2025.



Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Notas (*): Manifestações sobre temáticas que não se enquadram no rol da classificação de demandas da Ouvidoria.

NO ÂMBITO DA OUVIDORIA HÁ DOIS TIPOS DE PEDIDOS DE INFORMAÇÕES:



1. Solicitações de acesso de informações fundamentadas na Lei de Acesso à Informação - LAI, Lei n. 12.527/2011 produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas com o seu funcionamento.
2. Demandas sem limitação de temática que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para o seu requerimento. Com o prazo para a finalização de atendimento em até 30 dias.

Total de solicitações de acesso de informações fundamentadas na LAI (78) e demandas sem limitação de temática/genéricos (1695).



1773

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

FORTALECIMENTO DOS CONTROLES

Na tabela a seguir, estão detalhados os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei n. 12.527, de 2011) recebidos no triênio, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, via Sistema de Acesso à Informação (site TCE-RO) e por e-mail (i.sic@tce.ro.gov.br):

Tabela 3 – Quantidade de Pedidos de Informação, com base na Lei n.12.527/2011 em 2023, 2024 e 2025.

ANO	UNIDADE RESPONSÁVEL		PEDIDOS DE INFORMAÇÃO	PEDIDOS ATENDIDOS
	GOUV*	OUTROS		
2023	26,32% (5)	73,68% (14)	19	19
2024	41,18% (7)	58,82% (10)	17	17
2025	42,86% (18)	57,14% (24)	42	42
TOTAL	38,46% (30)	61,54% (48)	78	78

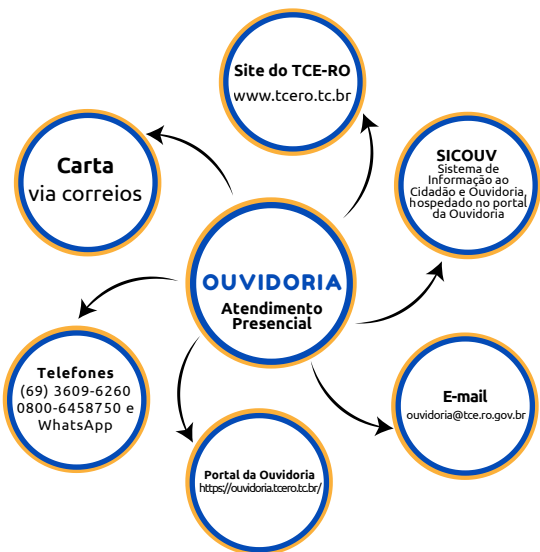
NO PERÍODO DE 2023 A 2025 A OUVIDORIA ATENDEU 100% DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES FUNDAMENTADOS NA LAI.

78

Fonte: Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria - SICOUV.

Nota*: GOUV - Gabinete da Ouvidoria.

Para a consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso. ➡



3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

FORTALECIMENTO DOS CONTROLES



SISTEMA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS

No ano de 2025 destaca-se a formalização e operacionalização do Comitê de Ética e Gestão de Riscos e a Unidade de Gestão de Integridade (UGI) — com fundamento na Resolução n. 401/2023/TCE-RO e nas Portarias n. 45, 46, 47 e 48/2025-GABPRES.

PRINCIPAIS ENTREGAS



Plano Anual de Monitoramento das Atividades de Gestão de Riscos (ciclo 2025/2026).



Portaria n. 1/2025-CEGR

■ Institui o calendário regular de reuniões ordinárias do colegiado, assegurando previsibilidade, regularidade e transparência.



Oficina Gestão de Riscos de Integridade

■ Capacitação para a unidade UGI.



Canal de Relatos de Integridade

■ Disponibilizado à sociedade.



Gestão do Risco Reputacional

■ Atuação preventiva com medidas orientativas à conduta de agentes públicos em eventos institucionais.



Aprofundamento e sistematização dos processos correcionais, especialmente no Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nas sindicâncias e nas averiguações preliminares, com a elaboração do Relatório de Gestão de Riscos e Controles Internos (2024/2025) e estruturação de Plano de Ação para o tratamento dos riscos no PAD.

3. CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

FORTELECIMENTO DOS CONTROLES



ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E PROMOÇÃO DE AMBIENTE SAUDÁVEL

AÇÕES EM 2025

- Execução do Subprograma de Desenvolvimento de Habilidades Sociocomportamentais (parceria entre unidades do TCE-RO), com enfoque em:
 - Realização de palestras, *workshops* e mentorias para lideranças institucionais.
 - Percepção do avanço na atuação das chefias imediatas na adoção de providências quanto ao conhecimento de episódios potencialmente irregulares no âmbito de suas unidades. A atuação com celeridade, assertividade e embasamento representa o exercício efetivo do controle primário da disciplina, fundamentado na Resolução n. 389/2023/TCE-RO.
 - Continuidade do acompanhamento e a conclusão das mentorias, com imersão no compromisso institucional com a consolidação de práticas sustentáveis, em sintonia com os princípios da integridade pública e com os valores institucionais deste Tribunal.
- Corregedoria Day 2025, espaço de reflexão e orientação institucional sobre a promoção de ambientes de trabalho saudáveis.
- Planos de ação voltados à reconstrução de ambientes organizacionais, emissão de recomendações administrativas conjuntas e encaminhamentos para apoio psicossocial sempre com observância no sigilo, proporcionalidade e finalidade restaurativa.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SAÚDE

PROGRAMA PRÓ-SAÚDE (FORTALACIMENTO DA ATENÇÃO PRÉ-NATAL)



Unidades Avaliadas.
Diagnóstico de Mortalidade Infantil.
Projeto Materno Infantil.



Protocolos Assistenciais.
Uso de Dados.

A atuação esteve centrada
no fortalecimento da
atenção materno-infantil,
reconhecendo que a
melhoria da qualidade do
pré-natal e do cuidado ao
recém-nascido...

é fundamental para a
redução da mortalidade
infantil e para a promoção
da saúde desde os primeiros
anos de vida.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SAÚDE

FASE
DIAGNÓSTICA
E ANALÍTICA

2024

AS AÇÕES DO PROGRAMA PRÓ-SAÚDE EM 2024 TIVERAM O CARÁTER PREDOMINANTEMENTE DIAGNÓSTICO E ANALÍTICO.

- Realização de avaliações da qualidade da atenção pré-natal em unidades de saúde urbanas, identificando gargalos relacionados à infraestrutura, gestão, oferta de exames e ao acompanhamento de gestantes.
- Estruturação de bases de dados e iniciação de projetos de pesquisa aplicada, criando as condições necessárias para intervenções mais qualificadas.

FASE DE
ORGANIZAÇÃO DA
POLÍTICA PÚBLICA

2025

OS DIAGNÓSTICOS REALIZADOS NO ANO ANTERIOR PASSARAM A SUBSIDIAR AS AÇÕES CONCRETAS DE ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA.

- Ampliação de projetos de acompanhamento de gestantes, implantação piloto de protocolos clínicos e uso de geoprocessamento para integrar dados de saúde e vulnerabilidade social e tecnologia para monitoramento.
- Essa abordagem permitiu tratar a saúde materno-infantil como uma política territorial, orientada por evidências e focada na prevenção de óbitos evitáveis.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO
Monitoramento do Protocolo

IDENTIFICAÇÃO DA PACIENTE
Número SUS: **PREENCHIMENTO NA TRIAGEM**
Nome: **PREENCHIMENTO NA TRIAGEM**

Data da consulta: ____/____/____

Paciente com sintomas de infecção urinária: ☐ Sim ☐ Não

Coleta de urina realizada: ☐ Sim ☐ Não

EAS (urina tipo 1) realizado: ☐ Sim ☐ Não

Alterações apresentadas no exame:
☐ Nenhuma alteração ☐ Leucócitos (acima do valor de referência)
☐ Nitrito (positivo) ☐ Bactérias (acima do valor de referência)

Urocultura realizada: ☐ Sim ☐ Não

Resultado para crescimento bacteriano: ☐ Positivo ☐ Negativo

Espécie identificada:
☐ Escherichia coli ☐ Enterococcus spp.
☐ Klebsiella spp. ☐ Outra.
☐ Proteus spp.

Antibiograma realizado: ☐ Sim ☐ Não

Sensibilidade bacteriana aos seguintes medicamentos:
☐ Nitrofurantoina ☐ Cefuroxima
☐ Cefalexina ☐ Fosfomicina
☐ Amoxicilina + Clavulanato ☐ Outro.

Tratamento prescrito no final da consulta: ☐ Sim ☐ Não

Fármaco e posologia prescritos:
☐ Nitrofurantoina 100mg 6/6h por 5 dias ☐ Cefuroxima 250mg 12/12h 7 dias
☐ Cefalexina 500mg 6/6h por 7 dias ☐ Fosfomicina 3g dose única
☐ Amoxicilina + Clavulanato 675/125mg 12/12h 7 dias ☐ Outro.

Paciente encaminhada ao alto risco devido à infecção do trato urinário:
☐ Sim ☐ Não

FORMULÁRIO

Diagnóstico e Tratamento de Infecções do Trato Urinário

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SAÚDE

DIAGNÓSTICO E RESPOSTA

2024
2025

1 UNIDADES AVALIADAS DIAGNÓSTICO 2024

19 unidades de saúde (17 Unidades de Saúde da Família e 2 Unidades Básicas de Saúde), em Porto Velho.

RESPOSTA 2025

Base ampliada por meio de análise territorial integrada.

3 PROJETO MATERNO INFANTIL DIAGNÓSTICO 2024

Projeto iniciado em novembro.

RESPOSTA 2025

836 gestantes em acompanhamento do pré-natal nas unidades de saúde participantes do estudo.

2 DIAGNÓSTICO DE MORTALIDADE INFANTIL DIAGNÓSTICO 2024

Identificação das causas e causas-raiz relacionadas ao pré-natal, parto e fatores socioeconômicos.

RESPOSTA 2025

Análise aprofundada das causas evitáveis, orientando ações e prioridades.

4 PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS DIAGNÓSTICO 2024

Fragilidades identificadas.

RESPOSTA 2025

Protocolos clínicos em fase de implantação (em caráter piloto), no Município de Porto Velho.

5 USO DE DADOS DIAGNÓSTICO 2024

Bases organizadas para visualização.

RESPOSTA 2025

Mais de 450 mil registros de saúde geocodificados, integrando saúde e vulnerabilidade social.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PAIC) - VISITAS TÉCNICAS ÀS REDES DE ENSINO - PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS - SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA (SAERO) - CENTRAL DE VAGAS - BUSCA ATIVA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CRECHES



Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa - PAIC.
Visitas Técnicas às Redes de Ensino.
Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO.



Central Única de Vagas em Creches Públicas.
Busca Ativa para o Preenchimento de Vagas em Creche.
Programa Primeiros Passos - Educação Infantil.

Em 2024 foram
construídas as bases
técnicas, institucionais e
metodológicas das
políticas públicas
induzidas pelo Tribunal.
Em 2025 essas bases se
traduziram em
implementação
em escala,

... monitoramento
qualificado e impacto
mensurável.
Destacam-se a
consolidação da política de
alfabetização orientada por
evidências e a
universalização da Central
Única de Vagas
em Creches.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PAIC

2024
2025

O PAIC é uma iniciativa estratégica do TCE-RO, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de alfabetização nas redes municipais e estadual de ensino.

► **2024** - O programa concentrou-se na estruturação das bases pedagógicas e institucionais, com ampla oferta de formações presenciais e regionais, fortalecimento da governança educacional e consolidação do Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO como instrumento de diagnóstico da aprendizagem. Esse período foi marcado pela ampliação do alcance do programa, pela formação de milhares de profissionais da educação e pela construção de uma agenda comum entre estado e municípios.

► **2025** - O Programa avançou para um novo patamar de maturidade institucional, passando a operar como uma política pública orientada por evidências. As ações formativas, o monitoramento técnico e as visitas às redes de ensino passaram a utilizar de forma sistemática os dados das avaliações educacionais, permitindo maior precisão no planejamento pedagógico, no acompanhamento das redes de ensino e na definição de estratégias para a melhoria da aprendizagem. Esse movimento consolidou o programa como referência na indução de políticas educacionais baseadas em resultados.

1

PROFISSIONAIS CAPACITADOS ESTRUTURAÇÃO 2024

Aproximadamente 3.000 profissionais capacitados em formações presenciais regionais, abrangendo redes de ensino municipais e estadual.

CONSOLIDAÇÃO 2025

Mais de 4.000 profissionais envolvidos ao longo do ano, com aprofundamento formativo e uso sistemático dos dados educacionais.

2

RECONHECIMENTO ESTRUTURAÇÃO 2024

30 Redes Municipais e a Rede Estadual certificadas com o Selo Ouro de Alfabetização.

CONSOLIDAÇÃO 2025

Rondônia alcança o 6º lugar no Ranking de Alfabetização divulgado pelo Ministério da Educação - MEC.

3

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL ESTRUTURAÇÃO 2024

52 municípios atendidos.

CONSOLIDAÇÃO 2025

52 Redes Municipais + Rede Estadual de ensino.

4

MONITORAMENTO ESTRUTURAÇÃO 2024

Visitas técnicas com foco em diagnóstico e acompanhamento inicial.

CONSOLIDAÇÃO 2025

Visitas técnicas orientadas à correção de rumos e a melhoria da efetividade pedagógica.

5

AValiação EDUCACIONAL ESTRUTURAÇÃO 2024

Apoio técnico ao Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO, com mais de 100 mil estudantes avaliados.

CONSOLIDAÇÃO 2025

Avaliação mantida em larga escala, com o uso ampliado dos resultados para o planejamento pedagógico e a tomada de decisão.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

VISITAS TÉCNICAS ÀS REDES DE ENSINO

2024
2025

As visitas técnicas realizadas às redes municipais de ensino constituem um instrumento estratégico da atuação orientadora do TCE-RO. Essas ações permitem aproximar a política pública da realidade das escolas, qualificar a escuta dos gestores locais e induzir melhorias concretas na gestão educacional.

2024

As visitas tiveram o caráter predominantemente diagnóstico e de escuta qualificada, com foco em:

- Conhecer a realidade das Redes Municipais de ensino e das unidades escolares;
- Levantar demandas relacionadas à alfabetização, à formação de professores e à educação infantil;
- Dialogar com gestores e equipes técnicas sobre desafios pedagógicos, infraestrutura e organização das Redes;
- Subsidiar o desenho das ações formativas e das estratégias de acompanhamento do PAIC.

Nesse período, as visitas cumpriram o papel fundamental de mapeamento das necessidades das Redes de Ensino, servindo de base para a estruturação das políticas educacionais.

2025

Nesse período as visitas evoluíram para um modelo de monitoramento qualificado e indução de resultados, caracterizado por:

- Agendas mais estruturadas, orientadas pelos resultados da avaliação diagnóstica, das avaliações formativas e do Sistema Permanente de Avaliação Educacional de Rondônia - SAERO;
- Foco no acompanhamento das práticas pedagógicas, da coordenação pedagógica e da implementação das ações do PAIC;
- Realização de visitas concluindo o ciclo anual;
- Fortalecimento do caráter propositivo das visitas, com o compartilhamento de encaminhamentos e boas práticas entre as redes de ensino.

As visitas passaram a atuar de forma mais integrada às demais ações da política educacional, contribuindo para a correção de rotas e o aprimoramento contínuo das Redes de Ensino.

SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDÔNIA - SAERO

2024
2025

O SAERO é o principal instrumento de avaliação em larga escala da educação básica no estado, subsidiando a formulação de políticas públicas e a tomada de decisão pedagógica.

EVOLUÇÃO NUMÉRICA

Estudantes Avaliados

Em 2024 - acima de 100 mil;
Em 2025 - acima de 100 mil, com o maior uso de dados.

Abrangência

Em 2024/2025 - mantida em toda a Rede.

Uso dos Resultados

Em 2024 - diagnóstico geral;
Em 2025 - instrumento de gestão pedagógica.

2024

O SAERO encontrava-se consolidado como instrumento de avaliação, mediante:

- Aplicação anual das provas;
- Participação de mais de 100 mil estudantes, do 2º, 3º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 2º ano do ensino médio;
- Geração de indicadores educacionais importantes;
- Uso ainda limitado dos resultados no planejamento pedagógico cotidiano das Redes de Ensino.

2025

O SAERO manteve a sua abrangência e ampliou significativamente o seu impacto, atuando com:

- Participação novamente de mais de 100 mil estudantes, garantindo a série histórica comparável;
- Fortalecimento do regime de colaboração entre estado e municípios;
- Utilização efetiva dos resultados para (qualificação das devolutivas pedagógicas, definição de prioridades formativas do PAIC, alinhamento das ações educacionais às aprendizagens essenciais);
- Consolidação do SAERO como base estruturante da política educacional estadual.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

CENTRAL ÚNICA DE VAGAS EM CRECHES PÚBLICAS

2024
2025

A Central Única de Vagas em Creches Públicas é uma política pública inovadora criada para promover transparência, equidade e eficiência na gestão do acesso às vagas na educação infantil, especialmente na etapa da creche. A iniciativa nasceu a partir de auditoria do TCE-RO, que identificou fragilidades na organização das filas e ausência de critérios uniformes de priorização.

► **2024** - A Central foi implantada em caráter piloto, com o desenvolvimento do sistema informatizado, definição de fluxos operacionais e expansão inicial para um conjunto de municípios. Esse período foi essencial para testar o modelo, ajustar procedimentos e demonstrar a viabilidade técnica e institucional da política.

► **2025** - A Central consolidou-se como política pública estadual, com adesão de todos os municípios de Rondônia. O sistema passou a operar em larga escala com milhares de crianças cadastradas, entrevistas sociais realizadas e encaminhamentos efetivos para matrícula, priorizando famílias em situação de vulnerabilidade social. A incorporação de estratégias de busca ativa e o uso de dados territoriais ampliaram ainda mais o impacto da política, que recebeu reconhecimento nacional ao conquistar o primeiro lugar no Prêmio *Innovatio* 2025.

1

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES IMPLANTAÇÃO 2024

13 municípios, a partir de projeto piloto.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

52 municípios aderentes com 40
efetivamente utilizando.

2

USUÁRIOS DO SISTEMA IMPLANTAÇÃO 2024

Estrutura inicial de operação.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

416 usuários cadastrados.

3

CRIANÇAS CADASTRADAS IMPLANTAÇÃO 2024

Fase piloto sem dados consolidados.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

4.649 crianças cadastradas e
entrevistadas.

4

ENCAMINHAMENTOS PARA MATRÍCULA IMPLANTAÇÃO 2024

Em consolidação.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

2.960 crianças encaminhadas para
matrícula.

5

PERFIL DE VULNERABILIDADE IMPLANTAÇÃO 2024

Critérios definidos.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

76% das crianças atendidas em
situação de vulnerabilidade social.

6

INOVAÇÃO E RECONHECIMENTO IMPLANTAÇÃO 2024

Projeto em expansão.

POLÍTICA PÚBLICA ESTADUAL
2025

1º lugar no Prêmio *Innovatio* 2025,
concorrendo dentre as 146 práticas
nacionais.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

BUSCA ATIVA PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CRECHES

2024
2025

A busca ativa para o preenchimento de vagas em creches é uma estratégia da gestão educacional voltada à identificação proativa de crianças que ainda não estão matriculadas na Rede Municipal, priorizando famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Essa abordagem contribui para a redução das desigualdades e para a promoção da equidade no acesso à educação infantil.

As equipes técnicas dos municípios de Ouro Preto do Oeste, Rolim de Moura e Porto Velho realizaram a seleção prévia de crianças para ações de busca ativa. A metodologia adotada baseou-se no uso de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, aliados as técnicas de geocodificação, que permitem identificar crianças em situação de vulnerabilidade residentes próximas a unidades educacionais com vagas disponíveis. A partir desse cruzamento, foram produzidos mapas e relatórios para subsidiar o planejamento das ações e orientar as visitas domiciliares.

1

MUNICÍPIO OURO PRETO DO OESTE UNIDADES DE REFERÊNCIA

Nova escola no bairro Jardim Novo Estado
(em fase final de conclusão).

Crianças Selecionadas/
Critério Territorial

251 crianças - residências no raio de até 1.500 metros da unidade escolar.

Vagas Disponíveis/Objetivo

Apoio à busca ativa e ao preenchimento das vagas disponíveis.

2

MUNICÍPIO ROLIM DE MOURA UNIDADE DE REFERÊNCIA

EMEI Neusa Santos de Oliveira.

Crianças Selecionadas/
Critério Territorial

361 crianças - residências classificadas conforme a distância da unidade.

Vagas Disponíveis/Objetivo

Apoio no preenchimento de 126 vagas em creche.

3

MUNICÍPIO PORTO VELHO UNIDADES DE REFERÊNCIA

EMEI Eduardo Valverde Araújo Alves e
EMEI Vovó Helena.

Crianças Selecionadas/
Critério Territorial

79 crianças - residências no raio de até 1.000 metros das unidades escolares.

Vagas Disponíveis/Objetivo

Apoio no preenchimento de 55 vagas em creche.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

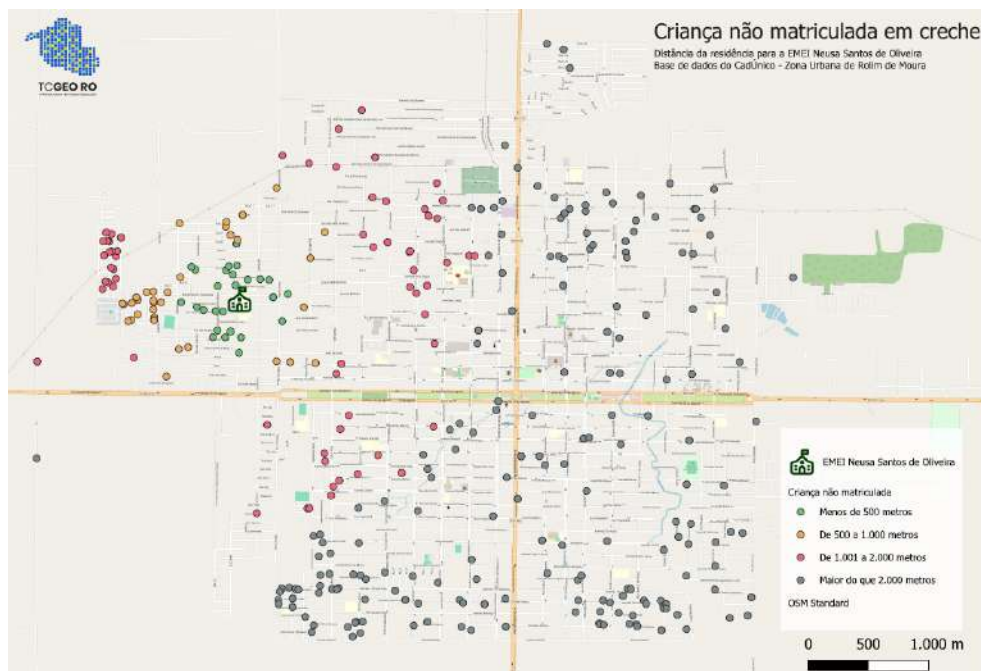
EDUCAÇÃO

BUSCA ATIVA PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CRECHES

2024
2025

MAPA

Distância da residência para a EMEI Neusa Santos de Oliveira
Base de dados do CadÚnico
Zona Urbana de Rolim de Moura



4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCAÇÃO

PROGRAMA PRIMEIROS PASSOS EDUCAÇÃO INFANTIL

2024
2025

O Programa Primeiros Passos é uma política estruturante voltada à qualificação da educação infantil, com foco na formação de profissionais, no desenvolvimento integral das crianças e na redução das desigualdades educacionais desde a primeira infância.

► **2024** - Fase de estruturação e implantação, com:

- Definição do modelo formativo;
- Pactuação inicial com municípios;
- Realização de ações formativas pontuais;
- Foco na sensibilização dos gestores e supervisores sobre a importância da educação infantil como etapa estratégica.

As formações realizadas tiveram o caráter introdutório e concentravam-se na construção conceitual do programa, sem escala ampliada ou monitoramento sistemático dos resultados.

► **2025** - Fase de implementação qualificada, com:

- Expansão do programa contemplando mais 11 Redes Municipais, totalizando 18 municípios;
- Realização de 4 formações presenciais;
- Coerência pedagógica sistêmica, abordando (teorias do desenvolvimento infantil, currículo integrado e práticas de leitura, escrita e oralidade na educação infantil);
- Alinhamento do programa às demais políticas educacionais do estado.

1

ESTÁGIO DO PROGRAMA SITUAÇÃO EM 2024

Programa em fase de estruturação e implantação inicial.

SITUAÇÃO EM 2025

Programa em implementação qualificada.

2

OBJETIVO PRINCIPAL SITUAÇÃO EM 2024

Construção do modelo formativo e pactuação inicial com municípios.

SITUAÇÃO EM 2025

Qualificação da educação infantil e fortalecimento das práticas pedagógicas.

3

PÚBLICO-ALVO SITUAÇÃO EM 2024

Gestores e equipes técnicas das Redes Municipais (adesão inicial).

SITUAÇÃO EM 2025

Gestores, supervisores, diretores e lideranças do programa.

4

AÇÕES FORMATIVAS SITUAÇÃO EM 2024

Ações formativas pontuais com foco introdutório.

SITUAÇÃO EM 2025

Formações presenciais, realizadas ao longo do ano.

5

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS SITUAÇÃO EM 2024

Participação inicial, sem quantitativo consolidado.

SITUAÇÃO EM 2025

Mais de 190 profissionais capacitados.

6

CONTEÚDOS TRABALHADOS SITUAÇÃO EM 2024

Introdução conceitual sobre educação infantil.

SITUAÇÃO EM 2025

Desenvolvimento infantil, currículo integrado, linguagem, matemática, artes, movimento e desenvolvimento socioemocional.

7

INTEGRAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS SITUAÇÃO EM 2024

Integração inicial.

SITUAÇÃO EM 2025

Articulação com o PAIC, avaliações e políticas educacionais.

8

PAPEL NA POLÍTICA EDUCACIONAL SITUAÇÃO EM 2024

Programa em consolidação conceitual.

SITUAÇÃO EM 2025

Política de apoio estruturante à educação infantil.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNANÇA TERRITORIAL, AMBIENTAL E FUNDIÁRIA



2024 As ações do eixo desenvolvimento sustentável focalizaram na estruturação institucional e técnica, com celebração de acordos de cooperação, articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, desenvolvimento de ferramentas tecnológicas iniciais e capacitação de atores envolvidos na gestão territorial. Esse período foi essencial para organizar dados, alinhar competências e criar uma base sólida para a execução dos projetos.



2025 As bases trabalhadas em 2024 permitiram o avanço para a execução territorial e a entrega de resultados concretos. Em 2025 destaca-se a publicação da plataforma de mapas interativos do TCE-RO, a consolidação de projetos de análise espacial aplicados ao saneamento básico e o avanço do Projeto da Bacia Hidrográfica do Rio Palmeira, com a definição de plano de ações, apoio político e financeiro e criação de condições para a implantação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

As ações de
Desenvolvimento
Sustentável têm como
objetivo fortalecer a
governança territorial
e ambiental,

... promovendo o uso
sustentável dos
recursos naturais, a
regularização
fundiária e o
desenvolvimento
regional equilibrado.

4. INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GOVERNANÇA
TERRITORIAL,
AMBIENTAL E
FUNDIÁRIA

2024
2025

1 PARCERIAS INSTITUCIONAIS BASES INSTITUCIONAIS 2024

Celebração de acordos e termos de cooperação com órgãos federais, estaduais e instituições de pesquisa.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
Governança interinstitucional operacional e contínua.

3 PAINÉIS TEMÁTICOS BASES INSTITUCIONAIS 2024

Em fase de desenvolvimento.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
9 painéis temáticos ativos.

5 PROJETO BACIA DO RIO PALMEIRA BASES INSTITUCIONAIS 2024

Planejamento, articulações e diagnósticos.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
Plano de ações definido, apoio político e financeiro assegurado e bases para implantação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais.

2 PLATAFORMA GEOESPACIAL BASES INSTITUCIONAIS 2024

Geoportal em desenvolvimento.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
Publicação de Plataforma de Mapas Interativos do TCE-RO.

4 CAMADAS DE DADOS BASES INSTITUCIONAIS 2024

Estruturação inicial.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
Mais de 180 camadas geoespaciais organizadas.

6 SANEAMENTO BÁSICO BASES INSTITUCIONAIS 2024

Análises preliminares.

EXECUÇÃO TERRITORIAL 2025
Projeto de Análise Espacial do Saneamento Básico, com dados preparados para orientar investimentos municipais.

5. GESTÃO DE PESSOAS

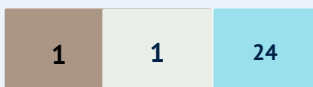
FORÇA DE TRABALHO

O TCE-RO possui 630 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior (graduação e pós-graduação).



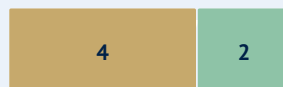
NESTE TRIMESTRE HOUE
26 ADMISSÕES,
6 EXONERAÇÕES E
25 DESLIGAMENTOS/CEDIDOS
PELO TCE-RO.

26 admitidos



Cedidos para o TCE-RO (1), comissionados (1) e estagiários(24).

6 exonerados



Efetivos (4) e comissionados (2).

25 desligados/cedidos



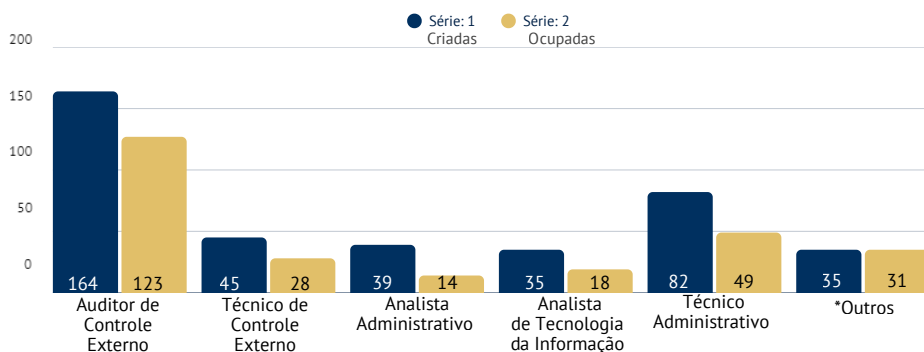
Estagiários (23) e cedidos para o TCE-RO (2).

5. GESTÃO DE PESSOAS

CARGOS EFETIVOS OCUPADOS

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 14 – Vagas criadas x ocupadas referente ao quadro de servidores efetivos.



Em extinção: (*).

Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos ocupados, considerando todas as carreiras.

Gráfico 15 - Proporção de cargos efetivos ocupados x carreira.



Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

5. GESTÃO DE PESSOAS

AÇÕES EDUCATIVAS



1.523 Ações Educativas

16.288 h/a (horas-aula)

20.859 certificações

Em 2025 a Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa - ESCon, disponibilizou 1.523 ações educativas aos servidores do TCE-RO, sociedade e jurisdicionados. Tanto ofertadas diretamente em sua unidade, quanto ofertadas por parceiros contratados.

Essas ações totalizaram o equivalente a 16.288h/a (horas-aula) de estudo, permitindo a efetiva certificação de 20.859, entre servidores, sociedade e jurisdicionados.

166

Ações educativas ofertadas diretamente pela ESCon

1.357

Ações educativas ofertadas por parceiros contratados

103

AÇÕES DE IMPACTO EXTERNO

Foco: efetividade das políticas públicas (100) e integridade (3).

63

AÇÕES DE IMPACTO INTERNO

Foco: produtividade setorial (63).

O alinhamento estratégico entre os impactos interno e externo no TCE-RO cria uma sinergia fundamental, onde o desenvolvimento institucional potencializa diretamente a capacidade de transformação externa.

Neste contexto, as ações educacionais emergem como elemento integrador crítico, fortalecendo competências técnicas dos servidores e disseminando conhecimento aos jurisdicionados e sociedade, através de programas e iniciativas de capacitação em gestão pública.

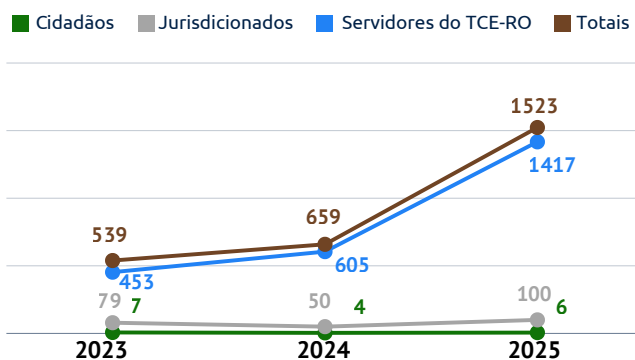
5. GESTÃO DE PESSOAS

AÇÕES EDUCATIVAS

RESULTADOS

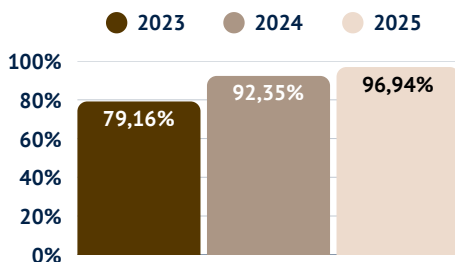
A quantidade de ações apresentou um crescimento constante, comparando-se com anos anteriores: 539 em 2023, 659 em 2024 e 1.523 em 2025. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela expansão das ações voltadas aos servidores do TCE-RO, que passou de 453 em 2023 para 1.417 em 2025.

Gráfico 16 – Comparativo 2023/2024/2025 do número de ações x público-alvo.



Fonte: Escola Superior de Contas Conselheiro José Renato da Frota Uchôa - ESCON.

Gráfico 17 – Percentuais da evolução anual (2023/2024/2025) das ações para servidores.



A evolução do engajamento crescente da força de trabalho promove a qualificação contínua e assegura uma uniformidade no desenvolvimento de competências essenciais.

Essa evolução reafirma a relevância estratégica da formação como pilar do desempenho institucional.

5. GESTÃO DE PESSOAS

AÇÕES EDUCATIVAS



Principais Áreas Temáticas

QUANTIDADE

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL - 561
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO - 419
ANÁLISE DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - 252
APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA - 104
AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO - 95
INTEGRIDADE E ÉTICA - 21
INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 17
FORTELECIMENTO DAS RELAÇÕES COM O SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS - 16
DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO - 20
INTEGRIDADE EM AQUISIÇÕES PÚBLICAS - 8
ESTÍMULO AO CONTROLE SOCIAL - 5
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO - 2
FORTELECIMENTO DO CONTROLE INTERNO - 2
SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS - 1

MAIOR CONCENTRAÇÃO DE AÇÕES
NAS SEGUINTE ÁREAS



GESTÃO E DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL - 561
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO - 419



As ações desenvolvidas pelo TCE-RO visam não apenas a formação, mas também a promoção da excelência na gestão pública com ênfase estratégica na modernização e inovação.

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receita Orçamentária

A Lei nº 5.982, de 29 de janeiro de 2025 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2025) consignou ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) o montante de R\$ 313.953.488,00 (trezentos e treze milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), distribuído nas duas unidades gestoras, conforme a demonstração na sequência:

Quadro 2: Valores distribuídos por unidades gestoras e fontes de recursos.

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
020001 - Tribunal de Contas	1500	276.803.322,00
	1800	32.013.166,00
020011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	1759	5.137.000,00
TOTAL		313.953.488,00

Durante o 4º trimestre de 2025 realizou-se a abertura de créditos adicionais totalizando o montante de R\$ 35.616.973,60 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta centavos), conforme demonstrado na sequência:

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receita Orçamentária

Quadro 3: Valores distribuídos por unidades gestoras e fontes de recursos.

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Valor (R\$)	Atos Legais
020001 - Tribunal de Contas	2800	15.201.458,12	Lei n. 6.283, de 26/11/2025
020001 - Tribunal de Contas	2500	6.071.463,12	Lei n. 6.282, de 26/11/2025 Lei n. 6.290, de 09/12/2025
020001 - Tribunal de Contas	2899	118.928,61	Lei n. 6.290, de 09/12/2025
020001 - Tribunal de Contas	2501	117.813,37	Lei n. 6.290, de 09/12/2025
020001 - Tribunal de Contas	1501	2.618.947,14	Lei n. 6.189, de 09/10/2025
020001 - Tribunal de Contas	1899	616.576,24	Lei n. 6.189, de 09/10/2025
02011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	2500	8.871.787,00	Lei n. 6.291, de 09/12/2025
02011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional	2759	2.000.000,00	Lei n. 6.188, de 09/10/2025
TOTAL		35.616.973,60	

Dessa forma, após considerar-se os valores dos créditos adicionais abertos no último quadrimestre do exercício de 2025, o orçamento do Tribunal de Contas perfez o montante de R\$ 349.570.461,60 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO LOA - 2025
(UG. 20001 - TRIBUNAL DE CONTAS/TCE-RO)

Execução LOA - 2025 (UG. 20001 - Tribunal de Contas/RO)

O total de créditos consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 para a Unidade Gestora 02.001 - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) totalizou R\$ 308.816.488,00 (trezentos e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), incluindo o orçamento fiscal, da seguridade social.

Em comparação com o exercício anterior (2024) houve um aumento de R\$ 12.590.983,00 (doze milhões, quinhentos e noventa mil, novecentos e oitenta e três mil reais) na dotação orçamentária prevista no orçamento inicial, representando um percentual de aproximadamente 4,25%.

Considerando os créditos adicionais na Unidade Gestora 02.001 - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, o orçamento totalizou o montante de R\$ 333.561.674,60 (trezentos e trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos). Em comparação com o exercício anterior (2024 atualizado), houve um aumento de R\$ 36.717.777,97 (trinta e seis milhões, setecentos e dezessete mil, setecentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos), representando um percentual de aproximadamente 12,37%.

Até o encerramento do 4º trimestre foram empenhados R\$ 331.145.784,46 (trezentos e trinta e um milhões, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), deste montante, o valor liquidado total é de R\$ 317.492.371,75 (trezentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos), representando respectivamente 99,28% e 95,18% do total da dotação orçamentária atualizada.

Se considerarmos apenas os valores realizados durante o 4º trimestre teremos que o total das despesas empenhadas foi de R\$ 105.553.628,74 (cento e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), enquanto o montante liquidado foi de R\$ 121.437.124,21 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil reais, cento e vinte e quatro reais e vinte e um centavos). Por fim, o total de despesas pagas no trimestre foi de R\$ 123.096.451,07 (cento e vinte e três milhões, noventa e seis mil, quatrocentos cinquenta e um reais e sete centavos).

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa, a Unidade Orçamentária TCE-RO empenhou R\$ 106.776.019,63 (cento e seis milhões, setecentos e setenta e seis mil, dezenove reais e sessenta e três centavos) em despesa corrente no 4º trimestre de 2025.

Desse montante, R\$ 83.508.750,70 (oitenta e três milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta reais e setenta centavos) foram destinados ao custeio de pessoal e encargos sociais, e R\$ 23.267.268,93 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos) para outras despesas correntes.

As despesas com pessoal englobam os vencimentos e vantagens fixas, férias e gratificações eventuais, indenizações por tempo de serviço e os encargos sociais obrigatórios, como INSS patronal.

Essa execução elevada demonstra o alinhamento da gestão com as obrigações legais e a manutenção da regularidade na folha de pagamento do Tribunal.

Ainda sobre as despesas correntes foram liquidados o total de R\$ 116.497.704,45 (cento e dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos), sendo R\$ 75.345.592,33 (setenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e trinta e três centavos) relativo a pessoal e encargos, e R\$ 41.152.112,12 (quarenta e um milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e doze reais e doze centavos) referente a outras despesas correntes.

O valor liquidado superior ao empenhado no período indica a liquidação de obrigações relativas a empenhos de trimestres anteriores, principalmente de contratos de prestação continuada, característica típica das despesas de custeio do Tribunal.

Já para a categoria econômica despesas de capital foi empenhado ao longo do exercício o montante de R\$ 8.585.500,97 (oito milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos reais e noventa e sete centavos).

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

LEI COMPLEMENTAR N.101/2000 (LRF) LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

Limite de Gastos com Pessoal

Durante o período de janeiro a dezembro de 2025, verifica-se que os limites de gastos com pessoal preconizado na Lei Complementar n. 101, 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) foram respeitados pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Comparando os valores de gastos com pessoal (impactante na LRF), que totalizaram o montante de R\$ 120.839.396,74 (cento e vinte milhões, oitocentos e trinta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos) e a Receita Corrente Líquida - RCL ajustada do Estado de Rondônia no valor de R\$ 15.800.580.902,64 (quinze bilhões, oitocentos milhões, quinhentos e oitenta mil, novecentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), obtêm-se no final do 3º quadrimestre de 2025 o percentual de 0,76%, conforme demonstrado no gráfico na sequência apresentado:

Gráfico 18 – Gastos com Pessoal.

Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestre

3º Quad./2025	03	0,76	R\$ 120.839.396,74 - Gasto com Pessoal R\$ 15.800.580.902,64 - RCL
2º Quad./2025	02	0,80	R\$ 118.746.093,88 - Gasto com Pessoal R\$ 15.275.356.745,34 - RCL
1º Quad./2025	01	0,81	R\$ 115.735.498,51- Gasto com Pessoal R\$ 14.631.654.010,74 - RCL
Limite Máximo		1,04	
Limite Prudencial		0,99	
Limite Alerta		0,94	

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO LOA - 2025
UG. 20011-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - FDI/TCE-RO

Execução LOA - 2025 (UG. 20011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE-RO)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 consignou ao Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE-RO R\$ 5.137.000,00 (cinco milhões e cento e trinta e sete mil reais).

No decorrer do exercício de 2025 foi procedida a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 10.871.787,00 (dez milhões, oitocentos e setenta e um mil e setecentos e oitenta e sete reais), totalizando R\$ 16.008.787,00 (dezesseis milhões, oito mil e setecentos e oitenta e sete reais) no FDI/TCE-RO.

Em comparação com o exercício anterior (2024), houve uma retração de R\$ 2.708.559,54 (dois milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) na dotação orçamentária, representando uma variação negativa de aproximadamente 14,47% de um exercício para o outro.

O valor total empenhado acumulado foi de R\$ 14.661.280,17 (quatorze milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e oitenta reais e dezessete centavos) e o valor liquidado acumulado foi de R\$ 6.993.418,48 (seis milhões, novecentos e noventa e três mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e oito centavos), representando respectivamente 91,58% e 43,69% do total da dotação orçamentária atualizada na LOA.

6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO LOA - 2025
UG. 20011-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - FDI/TCE-RO

Execução LOA - 2025 (UG. 20011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE-RO)

Se considerarmos apenas o período de outubro a dezembro de 2025 temos que a despesa empenhada pela unidade foi de R\$ 10.635.120,72 (dez milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 3.614.375,83 (três milhões, seiscentos e quatorze mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) foram liquidados, e R\$ 4.724.503,56 (quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e três reais e cinquenta e seis centavos) foram pagos.

Em relação à performance da execução das dotações, as despesas empenhadas apresentaram variação negativa de aproximadamente 17,61%, enquanto as despesas liquidadas registraram aumento de cerca de 61,64%, quando comparadas ao exercício anterior.

A diferença entre a dotação inicial na LOA e o valor executado no FDI decorreu, principalmente, da abertura de créditos adicionais com fundamento em superávit financeiro e saldos de exercícios anteriores, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário. Esta situação será devidamente evidenciada nas Notas Explicativas da prestação de contas do exercício de 2025.

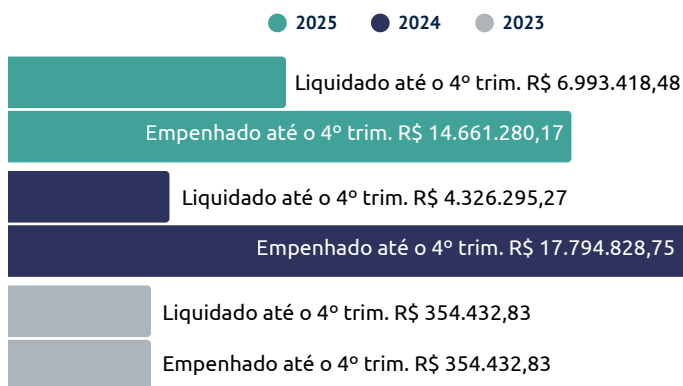
6. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

EXECUÇÃO LOA - 2025
UG. 20011-FUNDO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - FDI/TCE-RO
EXECUÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA

Execução LOA - 2025 (UG. 20011 - Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCE-RO)

Na sequência, apresenta-se o comparativo entre as despesas empenhadas e liquidadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025:

Gráfico 19 - Execução LOA 2023, 2024 x 2025 (FDI).



Fonte: Secretaria Executiva de Finanças, Contabilidade e Execução Orçamentária - SEFIC.

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas, foi empenhado no FDI/TCE-RO R\$ 9.910.548,04 (nove milhões, novecentos e dez mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quatro centavos) de despesa corrente (custeio).

Com relação a despesa de capital foram empenhados o montante de R\$ 4.750.732,13 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e dois reais e treze centavos).

